

**MESTRADO EM**  
**CONTABILIDADE FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E**  
**A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA**  
**PROFISSÃO EM ANGOLA**

**ROSEMARY JOYCE COIMBRA CAMBANGO KHELIFA**

**OUTUBRO - 2019**

**MESTRADO EM**  
**CONTABILIDADE FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E**  
**A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA**  
**PROFISSÃO EM ANGOLA**

**ROSEMARY JOYCE COIMBRA CAMBANGO KHELIFA**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSORA DOUTORA CRISTINA BELMIRA GAIO MARTINS DA SILVA**

**OUTUBRO – 2019**

*“A felicidade, a riqueza e o sucesso são subprodutos dos  
objetivos que estabelecemos. Não podem ser os próprios  
objetivos.”*

Denis Waitley

## **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo principal, a partir de uma análise descritiva qualitativa, compreender a problemática do acesso à profissão de contabilista e a percepção sobre a importância da profissão em Angola. Como objetivos secundários pretende-se evidenciar as perspetivas atuais e futuras dos profissionais de contabilidade, a fase em que se encontra a profissão, e os principais acontecimentos inerentes à evolução histórica da contabilidade em Angola. A recolha de dados foi feita com entrevistas a 12 profissionais especialistas do setor, como profissionais conhecedores da matéria, auditores e contabilistas certificados pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola doravante OCPCA ou Ordem. Relativamente a análise realizada, podemos concluir que o normativo angolano carece de uma revisão, pois apresenta algumas insuficiências para o alcance de uma harmonização com outros normativos internacionais; o acesso à profissão em Angola está cada vez mais dependente da certificação por meio de cursos de atualização obrigatória ministrados pela OCPCA; o mercado ainda não conta com um número suficiente de contabilistas qualificados apesar do acesso fácil para o exercício da profissão quando se trata de um contabilista com experiência; e a profissão de contabilista exige que o profissional seja ético, responsável, rigoroso, organizado e fidedigno.

**Palavras-chave:** Acesso á profissão de contabilista, perfil do contabilista, importância da profissão de contabilista, Angola.

*Abstract*

The present study aims, from a qualitative descriptive analysis, to understand the problem of access to the accounting profession and the perception of the importance of the profession in Angola. As secondary objectives, we intend to highlight the current and future perspectives of accounting professionals, the current state of the profession, and the main events inherent in the historical evolution of accounting in Angola. The data was obtained from interviews with 12 professionals, who are experts in the field, knowledgeable professionals, auditors and accountants certified by the Order of Accountants, Accounting Experts of Angola, henceforth OCPCA. Based on the analysis done, we can conclude that the Angolan normative needs a revision, since it presents some insufficiencies to achieve a harmonization with other international norms; the access to the profession in Angola is increasingly dependent on certification through compulsory refresher courses taught by OCPCA; there is not sufficient number of qualified accountants despite the easy access to the profession when it comes to an experienced accountant; and the accounting profession requires the professional to be ethical, responsible, strict, organized and trustworthy.

**Keywords:** Access to accountant profession, accountant profile, importance of accountant profession, Angola.

## **Agradecimentos**

Agradeço à Deus que nunca desistiu de mim e ama incondicionalmente. À minha orientadora Professora Doutora Cristina Gaio pela paciência que teve desde os mínimos detalhes, sugestões até ao produto final que apresento com gratidão.

Agradeço aos entrevistados por partilharem generosamente as suas experiências.

Agradeço ao meu Pai Teddy (sempre vivo em mim) e ao meu esposo Hamid, que são e sempre serão a minha força para a realização de grandes feitos na minha vida profissional.

A minha mãe Júlia Cambango que é o meu anjo de pessoa, melhor mãe do mundo sem a qual nada disso seria possível, obrigada por sempre estares nos bons e maus momentos.

Ao meu filho Karim Samuel e a minha querida família, por todo o apoio, ajuda e motivação que deram nesta importante etapa da minha vida.

## Índice

Resumo .....	i
<i>Abstract</i> .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Lista de Tabelas .....	v
Lista de Figuras .....	vi
Lista de abreviaturas .....	vii
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>3</b>
2.1. Enquadramento da economia em Angola .....	3
2.2. Breve descrição da Ordem dos Contabilistas e dos Peritos Contabilistas de Angola .....	4
<b>3. ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA .....</b>	<b>6</b>
3.1. Situação atual da profissão de contabilista .....	6
3.2. Requisitos e funções do profissional contabilista .....	12
3.3. Principais desafios, obstáculos e futuro da profissão .....	14
<b>4. ESTUDO EMPÍRICO.....</b>	<b>16</b>
4.1. Metodologia de Investigação e dados .....	16
4.1.1. Desenho da Investigação .....	16
4.1.2. Recolha de Dados .....	17
4.2. Análise de resultados .....	18
4.2.1. Caracterização dos entrevistados.....	18
4.2.2. Descrição dos resultados.....	20
4.2.2.1. Acesso à profissão de contabilista .....	20
4.2.2.2. Perceção do papel do contabilista.....	25
4.2.2.3. Futuro da profissão, principais desafios e obstáculos.....	26
4.2.2.4. Contexto da OCPCA.....	31
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
5.1. Conclusões, Limitações e Investigações futuras.....	34
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>39</b>

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Faixa Etária dos Entrevistados .....	18
<b>Tabela 2:</b> Género dos Entrevistados .....	19
<b>Tabela 3:</b> Formação Profissional dos Entrevistados.....	19
<b>Tabela 4:</b> Experiência Profissional dos Entrevistados.....	19
<b>Tabela 5:</b> Área de Atuação dos Entrevistados .....	19
<b>Tabela 6:</b> Tipo de Empresa que os Entrevistados Atuam.....	20



## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> Fatores Muito Importantes para a Evolução da Contabilidade.....	27
<b>Figura 2:</b> Fatores Importantes para a Evolução da Contabilidade .....	27
<b>Figura 3:</b> Papel do Contabilista nas Empresas Atualmente .....	28
<b>Figura 4:</b> Meios de Atualização da Profissão.....	29
<b>Figura 5:</b> Preparação dos Profissionais Perante Mudanças.....	30
<b>Figura 6:</b> Visão dos Profissionais Quanto as Mudanças da Contabilidade.....	30
<b>Figura 7:</b> Profissional Valorizado pelo Mercado .....	30

## **Lista de abreviaturas**

**AATCA** - Associação Angolana dos Técnicos de Contas e Auditores

**AGT** - Administração Geral Tributária

**CNNA** - Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola

**BNA** – Banco Nacional de Angola

**BODIVA** – Bolsa de Dívida e Valores de Angola

**CMC** – Comissão de Mercado de Capitais

**CONTIF** - Plano de Contas das Instituições Financeiras

**DR** – Diário da República

**ECSAFA** – *Eastern, Central and Southern African Federation of Accountants*

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**IAS** - *International Accounting Standards*

**IDE** - Investimento Direto Estrangeiro

**IFRS** - *International Financial Reporting Standards*

**IFAC** – *International Federation of Accountants*

**MEP** - Ministério de Economia e Planeamento

**MINFIN** – Ministério das Finanças

**ROC** - Revisor Oficial de Contas

**SNCGDP** - Sindicato Nacional de Contabilidade do Distrito do Porto

**SPC** - Sociedade Portuguesa de Contabilidade

**PAFA** - *Pan African Federation of Accountants*

**PCA** - Presidente do Conselho de Administração

**PGCA** - Plano Geral de Contabilidade de Angola

**PIB** - Produto Interno Bruto

**OCPCA** – Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola

**OGE** - Orçamento Geral do Estado

**USAID** - Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento  
Internacional

## 1. INTRODUÇÃO

Para Batista & Cançado (2016), as constantes mudanças sociais, económicas e políticas ocorridas desde a década de 80 no mercado de trabalho, mostram que o conhecimento e o *expertise* do capital humano geram inovações e têm sido uma vantagem para as organizações.

Segundo Yu et al (2015), a globalização do trabalho profissional, os distintos conceitos e pensamentos de gestão, as modificações nas organizações empresariais, são fatores que determinam o processo pelo qual profissionais se identificam com a sua profissão. Altemais ainda, que a contabilidade é importante, pois, foi a primeira profissão historicamente a operar entre países. Esta profissão tem contribuído para o desenvolvimento mundial e concomitantemente tem sido fortemente influenciada pela economia global.

*“... Quando se ouve dizer que Angola é o país mais caro do mundo, é porque todos os dias pagamos o preço das más práticas nos atos públicos. A contabilidade e a auditoria conscientes serão importantes ferramentas no combate a estas práticas que concorrem para o prejuízo do Estado”* (Sampaio, 2014, p.28).

Segundo Neves (2014), subsiste uma aliciante e depreda história sobre a evolução da contabilidade angolana, que deve ainda ser tema de estudo aprofundado e de investigação por parte dos especialistas que estudam a profissão do contabilista.

Assim sendo, os objetivos deste trabalho são a identificação do estado atual e da evolução da profissão de contabilista; o acesso à profissão; o papel da OCPCA a nível normativo, formativo, qualitativo do profissional, o perfil do contabilista; e qual a perceção da importância que os intervenientes da contabilidade têm sobre a profissão de contabilista.

Os resultados sugerem que o acesso à profissão de contabilista em Angola está cada vez mais dependente da certificação por meio de cursos de atualização obrigatória ministrados pela OCPCA e exigências alinhadas às melhores práticas internacionais por causa de constantes atualizações legislativas; as empresas estão ainda muito dependentes de consultorias internacionais, pois o mercado ainda não conta com um número suficiente de contabilistas qualificados apesar do acesso a profissão de contabilista não ser fácil,

pode ser acessível quando se trate de um contabilista com experiência; para os entrevistados o ensino superior em contabilidade esta desajustado à realidade do mercado em Angola. Quanto a percepção do papel do contabilista os resultados apontam para que as empresas e a sociedade em geral ainda não dão a devida importância ao contabilista, pois, algumas empresas conseguem sobreviver sem que haja contabilidade organizada e nada lhes acontece, não obstante a isso, os grandes contribuintes já vêm o profissional como parceiro estratégico para tomada de decisões, pagamentos das obrigações fiscais a AGT e para atender as exigências da OCPCA. Quanto ao futuro da profissão de contabilista, temos que os resultados indicam ainda que, os entrevistados referem que existirá desafios e oportunidades com a adoção das IFRS e com adoção do IVA a partir de Outubro do ano de 2019, o profissional de contabilidade atualmente não está totalmente preparado, pelo que, deve buscar conhecimento e se preparar para dar respostas atempadamente.

Este estudo é importante pois, dada a escassa literatura existente, contribui para que se tenha um maior conhecimento sobre a situação atual da profissão, sobre a evolução do sistema contabilístico em Angola, informação pertinente para os principais órgãos reguladores da profissão como é o caso da OCPCA, a Administração Geral Tributária, doravante AGT, e o Banco Nacional de Angola, doravante BNA,. Pode também ser do interesse dos profissionais do setor e ainda para outros países que almejem constantes mudanças nos seus sistemas contabilísticos, pois Angola encontra-se num período crise cambial e económica oriunda da baixa do preço do barril de petróleo, período de grandes mudanças com as adoções do IVA e das *IFRS* nas instituições financeiras.

O presente trabalho está dividido em 5 secções. A presente introdução é a primeira secção na qual se define os objetivos, contribuição do estudo e resumidamente os principais resultados. A segunda secção apresenta o enquadramento Institucional de Angola, nomeadamente a evolução histórica da OCPCA e do normativo Angolano. A terceira secção faz menção ao acesso à profissão de contabilista, desde os requisitos necessários, a sua evolução e contexto atual. A quarta secção apresenta o estudo empírico, concretamente a metodológica utilizada a partir de entrevistas feitas a profissionais contabilistas e especialistas, bem como a análise dos resultados obtidos. Na quinta e última secção, são apresentadas algumas considerações finais no âmbito conclusivo, limitações e pistas futuras de investigação.

## 2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

### 2.1. Enquadramento da economia em Angola

Conotado como um dos países que mais tem crescido nos últimos anos, devido às suas reservas petrolíferas, recursos hídricos, minerais, florestais e vastas extensões de terras favoráveis à agricultura, sendo assim referência para o mundo em especial ao continente africano, “...Angola é uma boa oportunidade de trabalho, porque tem uma economia em crescimento acelerado, mas é também uma sociedade com uma cultura forte, diversificada, e um mercado ainda em construção, o que cria assimetrias e especificidades muito próprias” (Santos, 2011, p.15). Fortes & Makanda (2012), narram que Angola assinalou a sua independência do domínio português em 1975, altura em que se seguia um sistema político comunista leninista com apenas um partido político no poder, situação que terminou em 1991.

“...Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África, depois da Nigéria, produzindo mais de 1,9 milhões de barris por dia (bpd). Na sequência dos choques provocados pela desaceleração económica mundial e pela forte queda do preço do petróleo, que provocou desequilíbrios orçamentais e na balança de pagamentos, o país tem vindo gradualmente a recuperar” (Fortes & Makanda, 2012, p.4).

De acordo com o Relatório Anual e Contas do BNA (2018), com a queda da produção no sector petrolífero que se iniciou em 2014, a economia angolana encontra-se em recessão pelo terceiro ano consecutivo, apesar da cotação do preço do petróleo no mercado internacional apresentar uma melhoria. Conforme apontam os dados preliminares do Ministério de Economia e Planeamento doravante MEP, a atividade económica em 2018 apresenta uma taxa de crescimento real, medida pelo Produto Interno Bruto doravante PIB, de -1,70% uma forte baixa face aos 4,9% previstos pelo Orçamento Geral do Estado doravante OGE de 2018, reflexo de uma maior contração da atividade petrolífera em -9,20%, da menor dinâmica da atividade não petrolífera (0,28%) e de oscilações que continuam a influenciar na desvalorização da moeda local Kwanza, concludentemente um aumento da inflação.

Relativamente a balança de pagamentos em 2018, o Relatório Anual e Contas do BNA (2018), aponta para uma melhoria no seu saldo, ao passar de um défice até ao

terceiro trimestre de 2017 para um superavit no período em referência, correspondente a 9,06 % do PIB até ao terceiro trimestre de 2018, contra os 2,60 % negativos do período homologado. Segundo Relatório do Fundo Monetário Internacional doravante FMI (2017), houve um aumento das exportações em 2017, de 19,5%, devido ao aumento do preço de petróleo. Já as importações foram contidas tendo como principal fator entre outros a afetação de divisas aplicado pelo BNA a partir de um sistema ineficiente. Verificou-se um desequilíbrio na taxa cambial em 2017, chegando-se a uma diferença de 150% entre a taxa de câmbio praticada no mercado formal e a taxa de câmbio do mercado informal.

Sem esquecer de referenciar o Investimento Direto Estrangeiro doravante IDE em Angola, aspeto relevante, o site Jornal de Angola faz menção que o IDE se revelou negativo após 24 anos de abertura do país ao exterior, o facto é dado por uma economia com elevada taxa de desemprego e o nível de pobreza acentuado. Segundo o site África 21 digital (2018) o IDE, caiu entre os anos 2013 e 2017 em 70% devido a crise que afetou Angola com a quebra na cotação internacional do barril de crude. Se esta queda continuar, pode levar ao desinteresse do investimento estrangeiro em Angola.

Finalmente com o rápido desenvolvimento económico, Angola é um país que se abriu para o mundo e como tal tem que acompanhar os métodos de relato financeiro impostos internacionalmente, é imprescindível que os profissionais de contabilidade e peritos contabilistas respondam a este desafio.

## *2.2. Breve descrição da Ordem dos Contabilistas e dos Peritos Contabilistas de Angola*

A OCPCA “existe desde 2010, os primeiros órgãos só foram eleitos em 2013, e tem como prioridade que os profissionais tenham conhecimentos técnicos necessários, como noções de ética e deontologia” (José, 2017, p.2). A OCPCA tem um papel importante na atividade contabilística, estimulando a transparência das transações financeiras, criando um maior controlo sobre a gestão das empresas e a atuação dos órgãos fiscais, que têm uma grande responsabilidade de acordo com as exigências das leis da Ordem.

O Decreto Presidencial nº 232/10 de 11 de outubro, referente ao Estatuto da OCPCA nos termos do artigo nº 1, conforme publicado no Diário da República doravante DR nº 193, I série, define a “OCPCA como pessoa coletiva de direito público no âmbito

nacional, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial à qual compete representar, amparar os interesses dos seus membros profissionais, a dignidade e prestígio das suas funções, assim como fiscalizar o exercício da profissão”.

Conforme previsto no artigo nº 3, do decreto citado acima, este organismo tem como objetivos: “(i) Promover e zelar pelo respeito dos princípios éticos e deontológicos e defender os interesses dos seus membros; (ii) Promover e contribuir para a formação profissional e aperfeiçoamento dos seus membros; (iii) Definir normas e esquemas técnicos; (iv) Colaborar no ensino da contabilidade em todos os níveis; (v) Estabelecer um regime de estágios e exames para os candidatos a contabilistas e peritos contabilista”. A OCPCA, almeja afiliar-se a organismos internacionais de contabilidade, como o *International Federation of Accountants* doravante IFAC, e com a *Eastern, Central and Southern African Federation of Accountants* doravante ECSAFA. Conforme relatório xFAP da *Pan African Federation of Accountants* doravante PAFA (2017), em agosto de 2016 a OCPCA já conseguiu se tornar membro afiliado da organização internacional PAFA.

Segundo Sampaio (2014), a Ordem deve ser um órgão que deve agir em defesa dos contabilistas perante situações em que se recusem a dar pareceres favoráveis as entidades que entendam serem práticas que violem os princípios deontológicos, a lei e a ética. A OCPCA, também deve intervir a mão pesada punindo ou a proibir que o profissional exerça a sua atividade, em situações que se observem que o profissional contabilista venha a violar a lei, com fraudes e enganar a clientes.

“.... No que à inclusão de profissionais estrangeiros como membros da OCPCA diz respeito, dada a insuficiência de quadros qualificados no setor, e pelo facto de sermos um país jovem e em fraco crescimento que necessita de bons recursos humanos capazes de alicerçar o seu desenvolvimento, a flexibilidade na inclusão de profissionais estrangeiros como membros efetivos da Ordem é inevitável. No entanto, essa abertura deve ser feita com regras, controle e salvaguardando sempre as oportunidades dos quadros nacionais.” (Santos, 2014, p.47). Para José (2017) a OCPCA não vai impedir os profissionais estrangeiros de prestarem serviços no mercado nacional, pois, Angola ainda não tem companhias de contabilidade de grande dimensão. O autor retrata ainda que, o



anterior presidente da Comissão Instaladora, Júlio Sampaio considerou ser impensável que os profissionais expatriados bem como as suas firmas de atuação não estejam em Angola contribuindo assim para o desenvolvimento da profissão, pois não existem empresas suficientes para substituir as internacionais.

Para Lopes (2014), a Ordem é um órgão que contribui de forma positiva na credibilização da atividade e na valorização dos profissionais do setor, pois durante estes anos esta atividade tem sido desvalorizada. A OCPCA como órgão regulador do setor tem a responsabilidade de afiançar, que as demonstrações financeiras dos contribuintes espelham a sua verdadeira situação patrimonial.

### **3. ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA**

#### *3.1. Situação atual da profissão de contabilista*

Salazar & Benedicto (2004) defendem que o contabilista deve levar em conta princípios de contabilidade, aplicados a conceitos e práticas detalhadas, incluindo convenções, leis, regras e procedimentos geralmente aceites num dado momento. Os mesmos autores rememoram que as categorias profissionais devem respeitar os seus próprios códigos de condutas éticas, não sendo o profissional de contabilidade uma exceção a regra.

Sampaio (2014) refere que a profissão de contabilidade atualmente na sociedade angolana, é considerada por muitos gestores empresariais como um ato enfado que serve apenas para prestação de contas e obrigações fiscais. Não olham para o relato financeiro como uma ferramenta de gestão e tomada de decisões. Kinanga (2014) lamenta que muitas das vezes o profissional seja visto como simples técnico que se limita a efetuar a classificação de documentos e a cumprir requisitos impostos pelas leis da sociedade comercial e fiscal, situação que se alterou com o surgimento da OCPCA.

*“...Num mercado competitivo como o nosso, onde se regista, fruto das competências que lhes são reconhecidas, um domínio por parte das grandes empresas internacionais do setor, não é fácil o crescimento dos jovens na profissão. Há necessidade de se criar condições que permitam aos jovens licenciados o tão desejado acesso ao mercado de trabalho. Como jovens profissionais, auguramos que, também a*

*este nível, a OCPCA tenha a capacidade de regulamentar e supervisionar”* (Filipe, 2014, p.77).

Magro (2010) destaca que o conhecimento profissional se encontra maioritariamente em Luanda que é a capital de Angola, situação que se alastra desde o período de guerra colonial até a atualidade. Salienta ainda, que existe uma carência de mais quadros qualificados e a necessidade de se fazer alguma coisa para atraí-los. Não obstante a crise em Angola, Fortes & Makanda (2012) salientam que por ser um país em desenvolvimento e em reestruturação, existe a necessidade da criação de uma comissão de normalização contabilística em Angola para acompanhar a evolução contabilística mundial e se poder ajustar o Plano Geral de Contabilidade de Angola doravante PGCA, de maneira a se obter uma maior harmonização contabilística.

Almeira (2014) refere que antes da criação da OCPCA, a falta da devida regulação e certificação da profissão do contabilista foi prejudicial à classe, pois, a profissão era desempenhada muitas vezes por técnicos de outras especialidades sem a devida qualificação na área de contabilidade, o que levava a pareceres erróneos sobre demonstrações financeiras sem o mínimo rigor exigido, desprestigiando toda a classe contabilista e condicionando o acesso correto a mesma. Segundo relatório do Banco Mundial (2017) antes de a OCPCA se tornar regulador da profissão, quem efetuava o registo das empresas e pessoas que prestavam serviços de contabilidade era o Ministério das Finanças doravante MINFIN, que apresentavam na altura 96 empresas e 5.139 pessoas registadas.

Para Neves (2014) o reconhecimento e desenvolvimento da profissão de contabilista em Angola, passa por critérios de capacitação, como a formação profissional exigida pela OCPCA através de disposições previstas no seu Estatuto para o acesso a profissão, formação técnica e formação académica, monitorizadas por organismos que regulam a profissão no país. Almeira (2014) frisa que as ações de formações de atualizações realizadas pela OCPCA, permitiram que houvesse um acréscimo e alinhamento de conhecimentos dos profissionais de contabilidade no que a princípios de deontologia/ética, normativos e normas de relato financeiro previstos pelo organismo IFAC.

Lopes (2014) destaca que para que os profissionais integrassem na Ordem foi previsto um período transitório do qual os profissionais que exerciam até 2014 as suas atividades teriam que participar num curso de capacitação e assim de forma direta tornarem-se membros da OCPCA, período que foi de dezembro de 2014 a dezembro de 2017, altura em que foi aprovado o novo PGCA e com ele novas conceções relacionadas com a aproximação às Normas Internacionais de Contabilidade doravante NIC ou IAS. José (2017) frisa que relativamente aos profissionais contabilistas mais antigos, a OCPCA está a trabalhar para que estes façam cursos de atualização e possam exercer a profissão. Existem duas classes de profissionais dentro do setor para fazerem a formação, a primeira que são os contabilistas e a outra classe os peritos contabilistas, que são aqueles que se exige “no caso dos contabilistas, no mínimo 10 anos do exercício da profissão e no caso dos peritos contabilistas um mínimo de 15 anos” (Neto, 2010, p.64).

Consta no Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016 da OCPCA, que do grupo de membros pertencentes a OCPCA, foram admitidos numa primeira fase 500 depois de terem participado dos 5 primeiros cursos ministrados até 2015, em que 259 eram contabilistas normais e 241 peritos contabilistas. Num universo de 5.000 profissionais no setor, esta pouca aderência de 500 participantes na primeira fase, deveu-se ao tempo contínuo de formação (full time), ou seja, 105 horas para se tornar membros efetivos e 142 horas de formação de certificação para se tornar contabilista e auditor, o que dificultou a presença de muitos profissionais, situação revista atualmente. Conforme instituído pelo Estatuto da OCPCA surge a posterior uma primeira edição do curso de atualização profissional diferente dos cursos ministrados até 2015, ministrado em julho de 2016, seguindo-se uma 2ª edição em outubro do mesmo ano. Quanto ao número de empresas inscritas na OCPCA neste ano cifrava-se em 74.

Segundo informação contida no Plano de Atividades da OCPCA (2019, p.3) “a Ordem conta atualmente com 4.691 membros associados, entre contabilistas, peritos contabilistas, empresas de especialidade, um total de 2.649 candidatos a membros e 2.463 estagiários.” Segundo José (2017) existe ainda um défice de 40 mil contabilistas para apoiar mais de 60 mil empresas em exercício no mercado nacional. Para Fortes & Makanda (2012) no contexto social angolano urge a necessidade de se ministrar um número maior de formações adaptadas à realidade do país para obtenção de uma maior qualificação profissional, pois, o país ainda apresenta um alto nível de pobreza, e

desemprego o que influencia o desenvolvimento humano e torna deficiente o ingresso a instrução.

Para Calixto (2014) embora o exercício da atividade ter evoluído expressivamente, tendo em conta o atual panorama de competências profissionais no país, existe ainda uma carência de quadros quer a nível quantitativo como qualitativo, apesar de existirem pessoas com muita experiência as mesmas não estão preparadas para utilizarem as normas impostas internacionalmente e são insuficientes para fazer face ao mercado. A OCPCA para minimizar este impasse, tem como iniciativas inscrever mais contabilistas e certificar aqueles que já estão no mercado a prestar serviços neste ramo sem estarem inscritos na Ordem. A OCPCA, quer ainda incluir no plano curricular um estágio profissional aos alunos do ensino médio e universitário, para serem certificados após fazerem o exame, com o objetivo de formarem alunos já com domínio das normas internacionais.

Calixto (2014) defende que no que a formação ministrada pela Ordem diz respeito, deveria destacar-se mais a componente curricular da temática nacional e só depois de bem alicerçados esses conhecimentos, se vincar para componentes internacionais, pois muitas matérias lecionadas ainda não têm aplicabilidade em Angola.

Filipe (2014) como profissional integrado numa das empresas nacionais esteve a colaborar na organização do segundo curso ministrado pela OCPCA, classifica que as temáticas do curso adotadas foram adequadas à realidade do mercado nacional. Não seria possível introduzir uma grande carga de exigência no que tange às normas internacionais e competências técnicas sem que existisse organizativamente uma carga horária para cobrir temas internacionalmente instituídos e formar membros competentes. Acredita que o que já se fez é suficiente para iniciar o processo de forma nivelada e equilibrada.

Barber (2014) relata que as grandes empresas nacionais, para responderem atempadamente ao rápido desenvolvimento dos setores financeiros, petrolíferos entre outros setores, que têm que efetuar reportes financeiros a nível interno e internacional para o alcance de melhores práticas internacionais, se veem obrigadas a recorrer a grandes firmas de *Outsourcing* de renome internacional e auditoria para a preparação e revisão de contas. Embora existam já algumas empresas e particulares nacionais de contabilidade, com iniciativas que tem contribuído expressivamente para o desenvolvimento da profissão.

Relativamente ao PGCA utilizado para efetuar as classificações contabilísticas, Bastos (2017) elucida que subsiste a carência de se fazer um ajuste ao PGCA às práticas e normas internacionais, pois este fator afeta as grandes, pequenas e micros empresas no acesso à financiamentos no setor bancário e consequentemente investimentos a nível internacional no que toca aos IDE. Estes ajustes são imprescindíveis, pois com o surgimento da Bolsa de Valores de Angola doravante BODIVA ou Bolsa de Valores, faz-se apelo à aproximação das normas de contabilidade aceites em Angola às internacionais, visto que empresas cotadas na Bolsa de Valores têm que ter as contas verificadas por entidades internacionais, situação que esta interlaçada e a ser resolvida com a OCPCA, na qual a BODIVA não teria como atuar num mercado secundário sem que houvesse a OCPCA. A Bolsa de Valores, surge em 1998 que culminou com a criação do Mercado de Capitais em Angola em 2006, e tem como responsabilidades assegurar a transparência, eficiência e segurança das transações de valores mobiliários, com o intuito de incentivar a participação e concorrência de investidores.

Segundo relatório do FMI (2017, p.5), um dos primeiros passos já foi dado, pois “todos os bancos migraram para o regime de contabilidade *International Financial Reporting Standard* ou Normas internacionais doravante *IFRS* que, entre outras regras, possui requerimentos de provisionamento mais robustos”.

No que a situação da profissão de contabilista diz respeito, em Junho de 2017, foi ainda emitido um relatório do Banco Mundial, que efetuou uma revisão da profissão de contabilidade no período de Setembro a outubro de 2016, com a participação da OCPCA e do Ministério das Finanças. O objetivo foi o de determinar qual era o estágio da profissão de contabilista em Angola e sugerir recomendações políticas, para o crescimento de mais profissionais de contabilidade necessários no mercado, bem como aumentar os investimentos em Angola. O relatório concluiu resumidamente o seguinte:

- Apesar de Angola ter tido avanços significativamente notáveis ainda tem que ser desenvolvido todos os setores institucionais que amparam a profissão de contabilista;
- Foram aprovados aos 01 de Janeiro de 2015, códigos tributários com a exigência que as demonstrações financeiras de contribuintes com receitas e capital superior aos limites definidos sejam auditadas;

- A nível do quadro legal, as leis que regem o estabelecimento e registo de empresas, relatórios financeiros e auditoria, carecem de atualizações, é o caso da Lei 1/04 das Sociedades Comerciais de 13 de Fevereiro de 2004 que não especifica: (a) as normas a serem aplicadas para preparar as demonstrações financeiras; (b) requisitos de auditoria e (c) requisitos de monitoramento e aplicação; a Lei 82/01, de 16 de Novembro de 2001 que aprovou o PGC se apresenta inconsistente com outras leis e não esta alinhada com as IFRS;
- O mercado encontra-se com um número limitado de contabilistas profissionais e técnicos qualificados, existindo assim uma procura acentuada conforme espelha o anexo 2;
- Os profissionais técnicos habilitados adquirem as suas qualificações profissionais com estrangeiros, pois temos poucos professores qualificados, o mercado interno não oferece qualificações profissionais, existe poucos programas de graduação em contabilidade dados pelas universidades que apesar do esforço, está pela negativa pois estas não exigem estágios profissionais aos alunos;
- Com a adoção das Normas Internacionais pelos bancos comerciais, exigida pelo BNA a partir de 2016, a implementação afetou negativamente este programa pela falta de conhecimento de especialistas em *IFRS* no país;

Não obstante ao diagnostico feito acima, o relatório do Banco Mundial (2017) propôs resumidamente as seguintes recomendações políticas:

- Reforçar e atualizar o quadro jurídico que regula os relatórios financeiros e a auditoria, especificamente a Lei 1/04 das Sociedades Comerciais que deverá classificar todas as empresas em Angola em classes, determinando requisitos de contabilidade e auditoria para cada categoria, monitorizando e aplicando sanções caso não sejam cumpridos; a OCPCA deveria ser responsável por emitir normas contabilísticas para as empresas médias e pequenas aplicarem as *IFRS* ao seu PGC e um modelo de PGC mais simples seria aplicado apenas as micro empresas; entre outras atualizações jurídicas como a Lei do Exercício de Contabilidade e Auditoria; o decreto de Auditoria e Demonstrações Financeiras por formas a eliminar fragilidades;

- Com o intuito de ampliar as categorias de membros, devem ser revistos os estatutos da OCPCA para abarcar empresas e indivíduos envolvidos no processo de elaboração de reportes financeiros;
- A OCPCA deve desenhar e oferecer ao país qualificações profissionais com reconhecimento global para profissionais e técnicos contabilistas, o que irá aumentar o número de contabilistas.

A OCPCA segundo relatório de plano de atividades para 2019 (p.7,8,9), já tem definido algumas ações importantes a serem executada, que irá afetar a profissão do contabilista com grandes desafios e obstáculos, mas que no final ao serem realizadas servirá para colmatar as deficiências apontadas acima pelo Banco Mundial e contribuir para a evolução da contabilidade angolana.

Segundo Magro (2010), Angola na época colonial, período em que era tida como província de Portugal, contribuiu grandemente para a evolução da contabilidade portuguesa, prova disso é que foi constituída em território angolano a Direção dos Serviços de Fazenda Nacional em 1901, ainda no tempo da monarquia, contribuindo para o andamento da profissão de contabilista a nível nacional. O normativo contabilístico angolano, sofreu uma grande influência também de conduta ética e princípios contabilísticos vigentes em Portugal, ou seja, os portugueses deixaram um legado legislativo que ainda vigora em Angola, assim sendo, elaborou-se um quadro no anexo 1 que mostra a evolução normativa e fiscal da contabilidade ao longo dos anos em Angola.

### *3.2. Requisitos e funções do profissional contabilista*

No que a empresa angolana diz respeito, um profissional polivalente, com sólidos saberes da Ciência Contabilística, especialmente das normas internacionais de contabilidade, são requisitos essenciais que o mercado demanda, para atuação na área da contabilidade financeira (Neto, 2010).

Para Hermes (2014) a função de contabilidade acaba por estar dependente de alterações fiscais, organizativas, legislativas e pela competitividade global num contexto económico social, o que leva a que se invista cada vez mais na qualificação de profissionais.



Segundo Decreto Presidencial nº 232/10 de 11 de outubro, do Estatuto da OCPCA as funções definidas ao contabilista são de extrema importância para o crescimento político e económico de um país no qual o interessado principal pela informação financeira que esses profissionais produzem será o Estado. Nos termos do Art.º 41º e 73º do Decreto Presidencial nº 232/10 de 11 de outubro, a OCPCA definem algumas funções a desempenhar pelo profissional contabilista em todo o território nacional:

- “Efetuar o processamento contabilístico das transações das entidades sujeitas ao PGC e de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- Zelar pela regularidade fiscal da forma e registo das transações;
- Assegurar o apuramento do Imposto do Rendimento a pagar;
- Preparar demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos (Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa e Notas as Contas;
- Exercer as demais funções que por lei lhe sejam atribuídos.
- Os contabilistas podem ainda exercer funções de consultoria em matérias relacionadas com as habilitações que possuam, e de docência das matérias que constituam objeto de exame da OCPCA para obtenção de qualificação de Contabilistas”.

O mesmo Decreto, nos termos do Art.º 47º, circunscreve que para a obtenção da certificação como contabilista em Angola deve-se efetuar a inscrição na OCPCA sob determinadas condições, na qual a mesma serve para nacionais e estrangeiros. Esta inscrição deve ser feita sob pedido em requerimento acompanhado de um leque de documentos e os candidatos devem possuir habilitações académicas para a obtenção de qualificação de Contabilista Certificado, como: “a) curso superior de economia, licenciatura ou bacharelato em finanças, contabilidade e gestão, curso superior de organização e gestão de empresas ou cursos equivalentes tirados no estrangeiro e reconhecidos pela Ordem; b) curso médio de contabilidade ministrado nos Institutos Médios de Economia, pelo Instituto de Formação Profissional do Ministério das Finanças antigos cursos geral do comércio, geral de administração e comércio e complementar, e outros cursos oficiais considerados equiparados e ministrados por instituições internacionais reconhecidas no ramo da contabilidade.”



Nos termos do Art.º 48º e 49º do mesmo estatuto, não obstante aos requisitos e funções acima definidos exigidos pela OCPCA, existe ainda o requisito de experiência profissional relevante, que se subteme que qualquer profissional interessado pode requerer a sua inscrição, podendo ser dispensado de qualquer exame ou estágio, para obter a qualificação de contabilista desde que exerça funções no domínio de matérias contabilistas, financeiras e jurídicas de natureza empresarial por um período mínimo de 10 anos. O qual deve ser comprovado com declarações do interessado a especificar as funções exercidas, confirmada pelas entidades nas quais as atividades foram exercidas, caso contrário passa por um processo de estágio para adquirir maiores níveis de conhecimento e experiência a todos os profissionais que venham a ter acesso a profissão, estando para o efeito sujeitos apenas a um curso de atualização. Os documentos exigidos para inscrição na Ordem podem ser consultados ainda nos artigos 45º, 46º, 47º, 50º e 77º.

Nos termos do art.º 12º do Regulamento de Estágio, para se ser contabilista apto a estagiário contabilista, compete executar todas as tarefas conducentes à preparação das demonstrações financeiras e apuramento do imposto sobre o rendimento, sob orientação do seu patrono, não devendo por sua conta praticar atos que por lei estão restringidos ao contabilista. Estando assim aptos a inscrever-se conforme art.º 30º do Regulamento de Estágio, como membros estagiários da Ordem os candidatos a peritos contabilistas, aqueles que reúnam as condições descritas nos artigos 45.º, 76.º e 77.º do Estatuto da Ordem.

### *3.3. Principais desafios, obstáculos e futuro da profissão*

Hermes (2014) argumenta que a profissão se depara com o enorme desafio de como colocar em prática o conhecimento obtido. Situação que se encontra interligada com a complexidade da formação profissional. O desafio aqui esta em adequar a educação do ensino médio e superior/programas de formação ao trabalho, que se pode adquirir no mercado nacional, atualmente existe uma discrepância.

Conforme cita (Hermes 2014, p.80-81) o plano de Desenvolvimento Económico 2013-2017, identificou algumas deficiências no setor económico angolano que formam obstáculos para o crescimento da profissão de contabilista, tais como: “...*(i) baixo nível de qualificação da população economicamente ativa; (ii) elevada taxa de desemprego; (iii) escassez de quadros com formação académica e profissional qualificada; (iv)*

*insuficiente crédito concedido a economia pelo sistema financeiro nacional para fazer face as necessidades de financiamento da economia do País”.*

Sampaio (2014) ressalta que a Ordem deve supervisionar a profissão através de medidas de controlo de qualidade e acompanhamento dos técnicos do setor, pois a inexistência de um código de controlo de qualidade do profissional contabilista constitui um obstáculo.

Bastos (2017) evidencia que a adoção das *IAS* e as *IFRS* em Angola, ainda é um obstáculo que afeta seriamente a evolução da contabilidade e inquieta os contabilistas, *stakeholders* nacionais e internacionais que queiram investir em Angola, bem como os gestores, porque ainda não foram adotadas em todos os setores, pela sua complexidade e falta de especialistas capazes de interpreta-las.

Com a adoção futura do IVA e as Normas Internacionais nos setores ainda em falta, para Galhardas (2015), a Reforma Tributária tem vindo a ser discutida, construída e ajustada ao longo dos últimos tempos. Os principais desafios prendem-se com a velocidade e simplicidade com que as organizações irão adaptar-se ao novo regime com intuito de uma maior eficiência administrativa e fiscal.

Foi implementação o IVA no dia 1 de Outubro de 2019, obrigatório para as empresas enquadradas no Regime Geral primeiramente, consideradas os grandes contribuintes, seguindo-se em 2020 as restantes empresas enquadradas num regime transitório, tornando-se um grande desafio na vertente de que existem ainda muitos problemas com que se debater. Hermes (2019) preocupa-se com o IVA, pois primeiro é preciso avaliar qual é a capacidade organizacional das empresas que estão obrigadas a entrar no regime do IVA; qual é a capacidade organizacional das empresas que gostariam de entrar para a esfera do IVA; e qual será a preparação da AGT para fiscalizar e acompanhar a sua implementação.

Almeira (2014) defende que a nivelção de conhecimentos dos profissionais do setor é essencial para o futuro da profissão no mercado de trabalho e harmonização da profissão. Conforme Filipe (2014) a troca de experiências dos cursos ministrados pela OCPCA, muitas das vezes obtidas com formadores estrangeiros, permitiu aos

profissionais do setor adquirirem conhecimentos positivos de outras realidades distintas internacionais, o que leva a uma opinião ampliada sobre o futuro da profissão.

Na abordagem para o desenvolvimento de competências futuras da contabilidade, Hermes (2014) defende que importa perspetivar que o que se pretende será atrair, satisfazer e reter indivíduos competentes, a partir já do ensino médio, com iniciativas de formação continua para dar resposta a evolução do exercício da atividade de contabilista que faça germinar no futuro quadros médios e superiores com conhecimentos em contabilidade, com vontade de atualização face a novos desafios e obstáculos. Segundo Sampaio (2014) com o intuito de se observar nos futuros gestores angolanos uma mudança de mentalidade, relativamente à pouca importância que alguns atribuem aos profissionais contabilistas, as universidades estão a fazer um grande esforço nessa matéria para mitigar esta opinião e a OCPCA quer ajudar nesta caminhada.

Relativamente a cursos futuros que serão ministrados pela Ordem, Palhares (2014) sugere que seja dada atenção a áreas como, o setor petrolífero e mineiro, que possuem normas particulares, com a introdução de módulos formativos específicos, sendo assim uma mais valia para os profissionais do setor.

## **4. ESTUDO EMPÍRICO**

Com o objetivo de aprofundar a temática em análise, foi desenvolvido um estudo empírico qualitativo descritivo com uma recolha de dados feita através de entrevistas.

### *4.1. Metodologia de Investigação e dados*

#### *4.1.1. Desenho da Investigação*

O método de pesquisa empregue a este estudo para aferir sobre o acesso à profissão de contabilista e avaliar qual a atual situação da profissão no período desde a época colonial até a atualidade em Angola, foi feito recorrendo a evidências documentais, de uma revisão de literatura em toda a extensão do documento realizada na sua maioria com apoio em artigos acedidos nas bases de dados disponibilizadas pela Universidade do ISEG, revistas, livros, decretos e entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e outras de múltipla escolha com apoio de um guião com um total de quarenta e nove questões, composto por cinco separadores.

As entrevistas foram realizadas a 12 profissionais, com uma vasta gama de experiência no mercado contabilístico, para se obter evidência oral e escrita sobre a evolução histórica da contabilidade e o acesso à profissão de contabilista em Angola. Esta abordagem permite que se recolham informações que não se prestam à documentação, sobre a interpretação de fenómenos históricos. Os critérios para a seleção dos entrevistados, foi principalmente o exercício da profissão de contabilista em Angola, a experiência na área de contabilidade, o conhecimento da evolução do normativo angolano, bem como da OCPCA, conhecimento da situação atual de acesso a profissão de contabilista. O Anexo 3 apresenta o perfil dos participantes.

Relativamente as questões (Anexo 4), pretende-se avaliar a coerência ou nível de concordância existente nas respostas dos entrevistados sendo que, o primeiro separador é referente a identificação do entrevistado, permite saber qual o uno atual da pessoa com a contabilidade. O segundo separador, tem como objetivo avaliar na opinião dos entrevistados o nível do acesso da profissão em Angola desde os requisitos necessários, grau de importância da contabilidade, vantagens e desvantagens a realçar na profissão do contabilista, formações, dentre outros pontos. O terceiro separador, já serve para se ter uma perceção do papel do contabilista nas empresas, sociedade e relevância das formações ministradas pela OCPCA. O quarto separador, dá-nos uma visão de qual será o futuro, desafios e obstáculos com que se depara a profissão, por último o quinto separador é virado apenas para órgãos pertencentes à OCPCA, vai desde a sua evolução histórica, regulamentação, promotores e formações. Este guião, foi feito a partir de diferentes abordagens qualitativas, ou seja, uma junção de diferentes questionários de artigos dos autores Dessalegn Getie Mihreta, Mohammed Naif Alshareefb e Ayman Bazhairc (2017); Vera Fernandes, Delfina Gomes e João Leite Ribeiro (2016) e a monografia de Maria Alice Gambatto de Melo (2012).

#### *4.1.2. Recolha de Dados*

A pesquisa adotada é descritiva qualitativa, pois é de caráter exploratório suportado numa amostra por conveniência escolhida conforme percurso profissional e empresas em que os profissionais se encontram. As entrevistas foram realizadas nos meses de Maio a Julho de 2019 em horários agendados conforme disponibilidade de cada participante, com uma duração em média de 1 hora. Um total de 4 entrevistas foram respondidas por escrito

dado a indisponibilidade dos participantes por se tratar de um período de fecho de contas de exercícios anuais, e 8 entrevistas foram presenciais, gravadas e transcritas posteriormente. Os entrevistados passaram os seus depoimentos de livre vontade sem interrupções do entrevistador. Inicialmente foi-lhes questionado sobre a possibilidade de se fazer uma gravação pelo que os mesmos autorizaram sem qualquer inconveniente, sendo que no final lhes foi colocada a questão do anonimato ou não das suas identidades e respetivas empresas, sendo que apenas dois se opuseram quanto a confidencialidade dos dados da empresa.

Todos os participantes responderam parcialmente ao questionário, sendo que até ao quarto separador as questões são relacionadas ao contabilista, já o último separador por se tratar do contexto da OCPCA, foi respondido apenas pelo participante E10 que fez a entrevista completa. Além disso, usou-se revistas disponíveis para obter transcrições de artigos dados por pessoas envolvidas com a OCPCA, documentos relevantes foram revistos para apoiar a evidência da entrevista, sobre a evolução da Ordem e da contabilidade angolana, ampliando assim a credibilidade dos dados. Os documentos revisados incluem relatórios produzidos de grandes entidades, como o Banco Mundial, BNA e FMI, legislações e decretos.

## *4.2. Análise de resultados*

### *4.2.1. Caraterização dos entrevistados*

Por se tratar de um estudo qualitativo, não é objetivo principal quantificar as informações mais sim ter como foco principal a análise das perceções e profundidade das respostas.

Os entrevistados, em termos de faixa etária, são distribuídos entre 20 e mais de 51 anos de idade (Tabela 1), observa-se que 50% tem idade compreendida entre os 31 a 40 anos. A escolha desse grupo de entrevistados, teve como objetivo respostas de experiências de diferentes gerações de profissionais da contabilidade.

Tabela 1: Faixa Etária dos Entrevistados

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
De 31 a 40 anos	6	50%
De 41 a 50 anos	5	42%
De 51 ou mais	1	8%
TOTAL	12	100%

A Tabela 2 mostra a identificação dos inquiridos em termos de género. Neste contexto com 67% a maioria pertence ao género masculino.

**Tabela 2: Género dos Entrevistados**

GÉNERO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Masculino	8	67%
Feminino	4	33%
TOTAL	12	100%

Na Tabela 3 é apresentado a formação profissional dos inquiridos que se encontra distribuído em 58% licenciados nos cursos de contabilidade e administração, gestão e economia, 25% com formação em pós-graduação no curso de sistemas de informação e de gestão bancária e 17% mestrados nos cursos de administração e finanças, e gestão.

**Tabela 3: Formação Profissional dos Entrevistados**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Licenciatura	7	58%
Pós-Graduação	3	25%
Mestrado	2	17%
TOTAL	12	100%

A experiência profissional também é de grande relevância para o profissional de contabilidade. Assim sendo, conforme Tabela 4 o grupo está distribuído entre menos de 5 anos a mais de 31 anos de experiência profissional, dos quais não se observou ninguém com menos de 5 anos.

**Tabela 4: Experiência Profissional dos Entrevistados**

TEMPO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Entre 6 e 10 anos	5	42%
Entre 11 e 20 anos	5	42%
Mais de 31 anos	2	17%
TOTAL	12	100%

Relativamente a área de atuação (Tabela 5), predomina a área de contabilidade com 33%, seguida da Financeira e Consultoria.

**Tabela 5: Área de Atuação dos Entrevistados**

ÁREA DE ATUAÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Contabilidade	8	33%
Fiscal	3	13%
Financeira	5	21%
Consultoria	4	17%
Auditoria	2	8%
Outras	2	8%
TOTAL	24	100%

Relativamente ao tipo de empresas que os entrevistados exercem a sua atividade (Tabela 6), 38% trabalham em empresas de prestação de serviços, seguindo-se outras áreas (organização filantrópica, recursos humanos, banca, hotelaria, construção civil) com 29%.

Tabela 6: Tipo de Empresa que os Entrevistados Atuam

TIPO DE EMPRESA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTAGEM
Indústria	2	10%
Comércio	5	24%
Prestação de Serviços	8	38%
Outras	6	29%
TOTAL	21	100%

No que ao nível de satisfação com a profissão diz respeito, relativamente à questão número 7 do primeiro separador, todos responderam estarem muito satisfeitos ou apenas satisfeitos.

#### *4.2.2. Descrição dos resultados*

##### *4.2.2.1. Acesso à profissão*

Com o propósito de avaliar o que é necessário ao acesso à profissão de contabilista em Angola, foram abordadas algumas questões nas entrevistas que serão analisadas à posterior. A maior parte dos entrevistados enveredou para a profissão de contabilista por causa da formação académica, gosto e facilidade em lidar com os números.

Os participantes salientam como requisitos básicos para se ser um bom profissional de contabilidade estar em constante atualização; a busca constante pelo conhecimento; “saber o plano de contas que agora com a nova evolução no mercado será incluído o IVA e as *IFRS*” (E5); “é necessário gostar da contabilidade, estar muito atento aos números, aos procedimentos contabilísticos, ser disciplinado, investir muito tempo no período de aprendizagem, fazer o intercâmbio com os outros profissionais da área” (E9); “requisito académico, a capacidade ou a vertente analítica das pessoas e depois numa índole muito pessoal a integridade” (E4). É salientado ainda como requisitos de um bom profissional o sentido e cumprimento dos princípios éticos, a formação continua, o amor à profissão, humildade e foco financeiro. É tido como uma mais-valia “a visão global que o contabilista pode ter da empresa” (E7).

Existe unanimidade entre os entrevistados, em considerar como uma das principais vantagens que o contabilista tenha uma perceção clara dos processos do negócio da empresa, da situação financeira da empresa o que o leva “naturalmente ao crescimento e a maturidade profissional mais rápida” (E4), sem esquecer de realçar os aspetos negativos no exercício da profissão, os entrevistados apontam para o facto de ser uma profissão que exige uma maior confidencialidade e integridade, “nós não podemos fazer publicidade do nosso exercício” (E10), “caso o contabilista somente fazer registos pode ser uma limitação” (E2), existe ainda a falta de disponibilidade por ser uma profissão que consome muito tempo na execução das tarefas o que leva muitas das vezes a “abdicar da vida pessoal” (E1).

A maioria dos participantes salientam que as constantes atualizações legislativas fiscais não afetam a consistência da profissão no geral, pelo contrário são necessárias para “melhor desempenho das suas tarefas” (E9), e caso o contabilista não consiga acompanhá-las poderá ficar ultrapassado, “existem consequências para contabilidade quando a legislação fiscal desvia-se significativamente dos princípios contabilísticos” (E4), mas alguns deles realçam que “num curto prazo, prejudica a consistência do trabalho apresentado, pois, muitas das vezes a legislação não é clara, suscita muitas dúvidas e os profissionais acabam caindo no engano e apresentando um trabalho com menor qualidade a nível de cumprimentos das obrigações fiscais e anuais” (E9), isto é “com a adoção das *IFRS* por parte do setor bancário, muitas vezes são impostas novas normas e a AGT não explica como se deve aplicar, recorre-se as consultorias pois, acabam por afetar exercícios anteriores” (E1).

O normativo contabilístico angolano, sofreu uma grande influência de conduta ética, legislativa e de princípios contabilísticos vigentes em Portugal. As entrevistas são unânimes em realçar a importância da ética e a deontologia no exercício das funções de um contabilista em conjugação com o saber técnico,” todo o profissional e firma deve reger-se por normas, leis” (E9), “não se consegue imaginar contabilidade sem ética, o contabilista quando dá tratamento a informação, dá tratamento de factos ocorridos na transação, as relações das empresas e as alterações no património, ele usa bem as normas objetivamente, tecnicamente e corretamente resulta em informação fiável, informação financeira apropriada para tomada de decisões, logo se os contabilistas não forem éticos e permitirem que aqueles números não sejam necessariamente os verdadeiros farão com



que outros tomem decisões errôneas que afetam famílias e a economia” (E4). Embora algumas das respostas sejam no sentido desta relação “um contabilista sem ética é um perigo, daí o surgimento de muitos escândalos internacionais e mesmo cá em Angola se calhar em menor escala mas existe, a partir do momento em que a Ordem vai se responsabilizar, os contabilistas e as pessoas não-de entender que a parte ética é muito importante” (E12), “é muito fácil não ser transparente e nessa profissão tem que ser e tem que parecer” (E11). Estes comportamentos éticos, segundo os entrevistados devem ser promovidos pelo próprio contabilista certificado “a condição número um da manutenção da sua condição de membro da Ordem e profissional autorizado a assinar contas, é o desenvolvimento contínuo sobre a matéria de ética e deontologia e para isso a Ordem cria os vários instrumentos” (E4), princípios promovidos pelas empresas, “na pessoa dos líderes de equipa” (E9) e em primeira instância pela OCPCA “temos que influenciar enquanto Ordem que o aspeto ético é trabalhado nas escolas e nas famílias desde muito cedo, ao estudante de contabilidade cabe a Ordem assegurar futuramente que na sua matriz curricular académica existam matérias sobre a ética, e que existam professores capazes de cultivar a ética” (E4). A partir de iniciativas como “a criação do instrumento de controle de qualidade que a Ordem vai desenvolver, para no seu âmbito de avaliação do que está a ser feito no aspeto ético” (E4); “sessões de formação profissional no que toca a ética e deontologia profissional, reforçando sempre a postura dos profissionais mediante a sociedade” (E9).

A percepção dos entrevistados é de que o ensino superior em contabilidade esta desajustado à realidade do mercado em Angola, “este ensino é novo cá em Angola, a maior parte das pessoas formaram-se em economia, gestão” (E4), “hoje em dia ninguém faz contabilidade em papel e há poucas universidades que têm a contabilidade informatizada, sabe-se que é um investimento elevado, mas pode-se ter protocolo com empresas e também fazer-se estágios. Uma coisa fundamental são as línguas, o inglês, a informática. Atualmente a situação está a melhorar mas 80% dos licenciados ainda está muito abaixo do que se é esperado” (E11), “academicamente não se ensina como preparar e elaborar um Relatório e Contas e as respetivas notas ao balanço e demonstrações de resultados” (E8), “numa escala de 0 a 10 eu acho que estamos em 1” (E4). Alguns participantes defendem que o ensino superior em contabilidade se ajusta parcialmente à realidade do mercado em Angola, apresentando como pontos positivos “ algumas cadeiras

foram boas porque os professores deram exatamente aquilo que estou a ver hoje no meu dia a dia, como os princípios da contabilidade, como contabilizar, método das partidas dobradas, os conceitos mais básicos” (E1), algumas universidades “como a Metodista já fala em *IFRS*, já não é uma coisa vaga” (E12).

Relativamente à questão se existe complementaridade entre a formação académica facultada pelas universidades e a formação contínua proporcionada pela OCPCA, os entrevistados concordam sem dúvidas com esta afirmação, defende-se que “as formações da Ordem são importantes e boas enquanto que as formações académicas estão num nível muito mais baixo, há um salto qualitativo muito bom da Ordem face as universidades. A Ordem está muito mais virada para prática” (E11). No sentido de apoiar na harmonização curricular “existe uma iniciativa da própria OCPCA em trabalhar com o Ministério da Educação nesse sentido, olhar para esses cursos e tentar ajustar às necessidades do mercado” (E12).

No que respeita ao acesso à profissão de contabilista, constata-se que o nível de exigência tem vindo a aumentar a nível curricular, definida pela OCPCA, e do exame de acesso. Por unanimidade os participantes concordam com esta exigência feita aos profissionais da área, “está alinhada às melhores práticas internacionais, o órgão reitor da profissão das ordens do mundo que é a IFAC tem este roteiro de como se tornar um profissional certificado, e este é o nosso caminho de exigência igual ao que se faz em toda parte do mundo” (E4), pese embora alguns defendem que deveria ser um pouco mais moderado para os estagiários. “Existe uma parte da formação que está virada apenas para o plano de contas e acredito que teriam que desagregar, darem uma parte virada para o PGC e outra parte para outros setores como é o caso do setor bancário” (E7).

O percurso dos participantes no que ao acesso e desempenho da atividade de contabilista se refere, foi descrito quase por todos como sortudo, tendo como suportes o facto de terem tido oportunidades desde o ensino académico, “grandes e bons mentores” (E2), “falo de chefes nacionais e não expatriados” (E1) o que fez com que tivessem um crescimento progressivo, pelo que apenas uma das entrevistadas foi tido como não fácil “o percurso, foi longo e de muita luta para alcançar os objetivos do saber e tornar-me mais autónoma” (E9).

A maioria dos entrevistados é de opinião de que o acesso à profissão em Angola não é fácil para os contabilistas, pelas exigências atuais do mercado, como “a maior parte das empresas exigir experiência de trabalho” (E8), “para os jovens recém licenciados acederem a esta profissão é difícil, pois a maioria deles não possui os requisitos solicitados: experiência de trabalho comprovada e estarem inscritos na OCPCA” (E3), “apesar de sermos muitos já afiliados à Ordem, ainda assim é um número insuficiente ao mercado. Por exemplo, existem ainda empresas que para fazerem o fecho anual têm que contratar contabilistas externos” (E7). Mas 3 dos entrevistados são de opinião contrária “é razoável o acesso à profissão, existem pessoas que não estudaram contabilidade e estão em empresas a fazer contabilidade, acho que é fácil pelo menos cá em Angola” (E1), “a minha visão é de que o acesso é adequado à realidade do país e às normas internacionais” (E4), “um bom contabilista acaba por ter sempre lugar porque o mercado está a precisar de organizar as suas contas” (E7).

Sobre a desigualdade a nível de acesso à profissão entre homens e mulheres, os entrevistados destacam dois fatores que se tornam principais obstáculos para a progressão na carreira feminina: a maternidade e a disponibilidade. “Desigualdade no acesso à profissão não existe aqui na Deloitte, nós temos 50/50 de equilíbrio de gênero. Na evolução da carreira, as mulheres têm uma situação que os homens não têm, a questão da maternidade, acho que isso não deveria implicar algo negativo, as empresas têm que proporcionar condições para haver este equilíbrio, mais do que haver quotas” (E11), “o ideal seria olharem para a capacidade mas, sim, há sempre está limitação no exercício” (E12), “neste capítulo o que nós achamos é um grande equilíbrio entre homens e mulheres, estamos quase numa linha por volta de 50% e 50% em termos de membros da OCPCA” (E4).

No momento da contratação as entrevistadas consideram que a maternidade é um fator muito relevante, “a natureza feminina obriga que a mulher em algum período da sua carreira, interrompa por período determinado o percurso da sua carreira profissional, para obrigatoriamente atender a outros temas pessoais” (E9), “estatisticamente, os resultados da avaliação de desempenho são inferiores em mulheres com filhos do que em mulheres sem filhos” (E3), “eu posso falar do cá, a Deloitte uma *big four*. Quando recruto pessoas procuro sempre o equilíbrio em equipas com mulheres e homens, a única distinção que

faço não é a questão da maternidade, acho que os homens têm mais competência para umas coisas e as mulheres têm mais competências para outras” (E11).

#### 4.2.2.2. *Perceção do papel do contabilista*

Quanto às respostas às questões de perceção do papel do contabilista, os entrevistados apresentam uma unanimidade de opiniões no sentido de concordarem que os contabilistas para as empresas têm uma alta importância e um papel de muita relevância, pois o tratamento contabilístico que o contabilista faz dos factos patrimoniais são essências para tomada de decisão importantes a nível da gestão, “o entendimento aqui pode ser apenas de preparar demonstrações financeiras mas na verdade preparam orçamentos, relatórios de gestão, indicadores financeiros essa é que é a competência do contabilista entre outras” (E4), “as empresas ainda não dão importância ao papel do contabilista por causa dos condicionalismos, pois no mercado existem empresas que conseguem sobreviver sem que haja contabilidade organizada e nada lhes aconteça” (E4).

A perceção que a sociedade e empresários têm sobre a profissão de contabilista para os participantes é de que não atribuem a devida importância, são vistos como “meros responsáveis pela produção de relatórios financeiros anuais, para efeitos fiscais e não para a gestão como um todo” (E2), apesar de que na realidade “hoje já começam a ser vistos numa perspetiva diferente e de maior utilidade. Num banco comercial, qualquer empresa que necessite de um empréstimo necessita de apresentar ao banco os seus relatórios e contas, portanto, precisa de um contabilista” (E3). “Nós não temos ainda uma sociedade de informação contabilista e financeira, durante muitos anos esteve sonegada, logo a própria sociedade não percebe o papel do contabilista. Mas pelo interesse da sociedade que quer transparência, já começa a encarar a profissão com outros olhos e como é necessário. Os empresários também já têm outra perspetiva, mas ainda acham os contabilistas muito úteis nos combates com a AGT” (E4).

Com a criação da Ordem o mercado passou a olhar com outra perspetiva para o contabilista, ou seja, a profissão atingiu um nível de dignidade e bases consistentes para se desenvolver. As suas formações tiveram um impacto positivo que reverteu o quadro de profissionais qualificados insuficientes para atender a procura do mercado, pelo que os entrevistados concordam que essas formações devem ser continuas, “porque a OCPCA olha muito para outros estatutos de outras organizações internacionais e também estão

sempre a atualizar normas, é praticamente obrigatório estar atualizado o que leva a credibilização do contabilista” (E1). “Ao contabilista hoje em Angola é necessário que tenha uma certificação dada pela OCPCA após participar de formações para exercer a profissão, o que leva a uma maior credibilização da profissão” (E6).

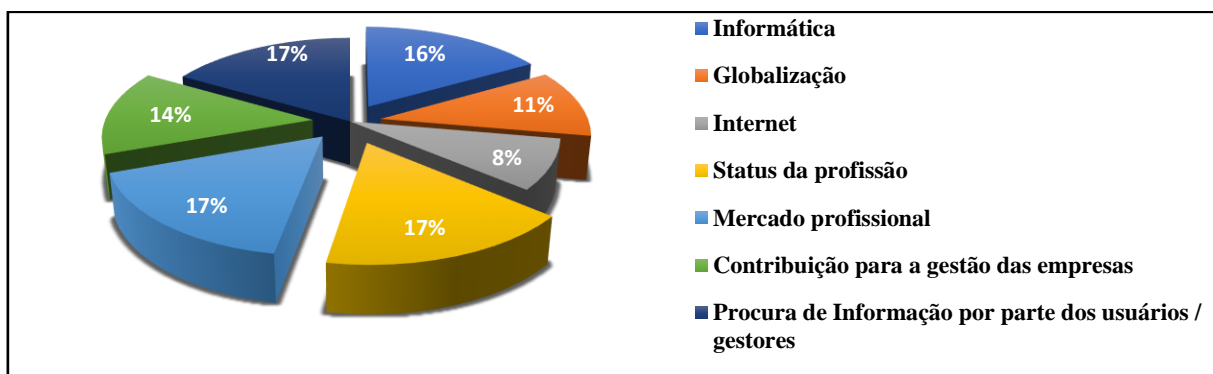
#### *4.2.2.3. Futuro da profissão, principais desafios e obstáculos*

Relativamente às questões sobre a evolução atual da profissão e o futuro da profissão de contabilista, os entrevistados consideram existir oportunidades e ameaças. No âmbito das oportunidades observa-se uma “reorganização do país em que se apela pela transparência, luta à corrupção, esta já se torna uma oportunidade de ouro para a profissão de contabilista, por outro lado a tendência crescente do Estado em privatizar as empresas públicas e o desenvolvimento do Mercado de Capitais, também contribui para o desenvolvimento da economia” (E4); e o surgimento da “Comissão de Normalização Contabilística em Angola e atualização permanente dos diplomas fiscais e regras contabilísticas” (E2). No que tange as ameaças os entrevistados frisam “o débil sistema educacional” (E4); “o contexto económico do país leva por exemplo ao desemprego, empresas estão a ser obrigadas a fechar as portas” (E7); observa-se ainda “a concorrência, sobre se o Estado angolano não trabalhar para a proteção da profissão e a Ordem não fizer um esforço significativo, princípio da reciprocidade, e deixarmos que esses espaços sejam ocupados por estrangeiros, sobre a falácia de que não temos competências, será uma ameaça” (E10). As ameaças acima indicadas também se tornam obstáculos principais. Os participantes salientam alguns de fórum importante “o fraco domínio da língua inglesa, as normas internacionais são editadas em inglês e a tradução nem sempre é fiel e demora, falta de domínio no inglês para participar em outras formações de fórum técnico” (E2), “Não ter uma formação adequada, ser um mal técnico, não cumprir os objetivos a nível da contabilidade, não ser uma pessoa disponível e não saber gerir o tempo” (E1).

Para a questão sobre como as empresas olham para o contabilista, ficamos num impasse porque alguns participantes defendem que olham para os contabilistas como um parceiro estratégico e outros defendem que olham apenas como alguém que auxilia no cumprimento das obrigações fiscais. No entanto, três participantes concordam que são as duas coisas.

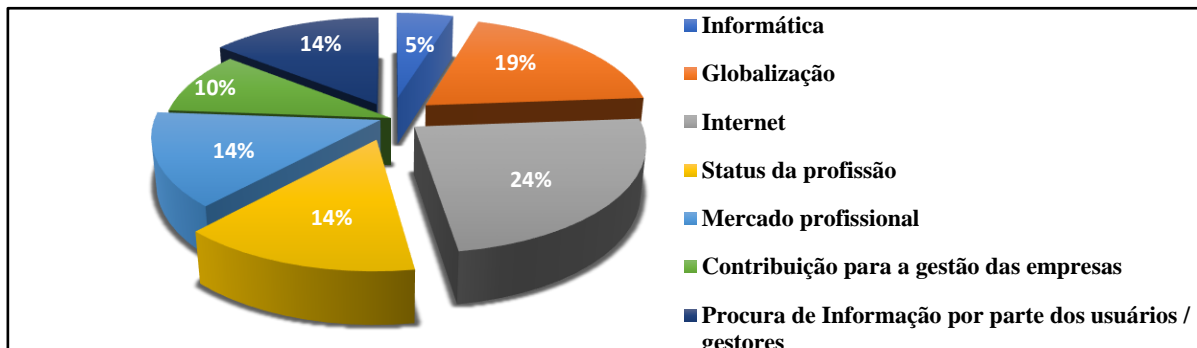
Seguidamente foi solicitado aos entrevistados, a avaliação do grau de importância de alguns fatores que influenciaram na evolução da contabilidade (questão 4). Relativamente a estes, nenhum dos factos levantados foi de pouca importância para o processo de evolução da contabilidade. As figuras 1 e 2 mostram os pontos mais destacados:

Figura 1: Fatores Muito Importantes para a Evolução da Contabilidade



Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

Figura 2: Fatores Importantes para a Evolução da Contabilidade



Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

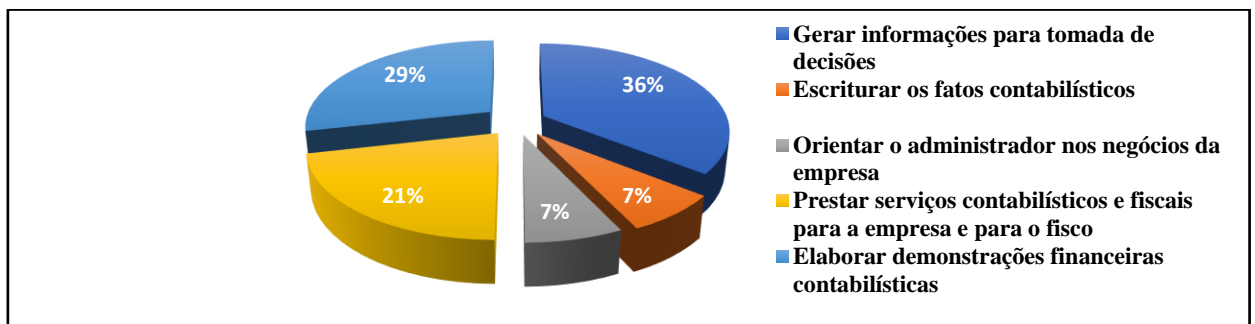
Segue-se a questão 5, sobre o que poderia melhorar na profissão, na qual relataram que deveria melhorar a valorização no que a melhores subsídios diz respeito em face de trabalharem com informação sigilosa e sensível; maior interação entre os contabilistas; se a classe contabilística fosse mais unida teria uma maior valorização juntos; “poderia se melhorar o sistema de educação, mais e melhor formação contínua, o quadro legal é preciso ver a lei do exercício da contabilidade e de auditoria” (E4); “*Empowerment*, o que a OCPCA tem que fazer, tem que partir muito da Ordem e esta tem que crescer no sentido de dignificar a profissão, chamar os melhores à profissão, mantê-los na profissão,

suportá-los em termos de os contabilistas verem na Ordem como um parceiro, colocarem questões transversais, dificuldades que possam sentir ou sugestões de melhoria, não apenas parceiros para ouvir as dificuldades mas também para ouvir sugestões de melhoria” (E6), “Atitude, domínio das normas internacionais, conhecimento e aceitação das nossas próprias limitações e vontade de as ultrapassar quer em matéria técnica quer em matéria comportamental, em matéria do reconhecimento do próprio país” (E10).

Na questão de como o individuo identifica as necessidades dos seus clientes, pergunta muito mais virada para os participantes pertencentes a *big four*, da qual relataram que “querem trabalho de qualidade e a custos controlados, com eficiência, o que sinto mais é que necessitam de apoio, as vezes é mais fácil uma empresa de fora estar focada num projeto, prestar um melhor serviço do que as pessoas que lá estão, ou porque estão desmotivados, ou porque não tem formação específica para aquilo, ou porque não viram a realidade de outras empresas, e precisam que um par de olhos diferente com espírito crítico, e conseguem ter melhores resultados” (E11).

Relativamente ao papel do contabilista (Figura 3), podemos verificar que o grupo de entrevistados, observa como uma das características principais a função de produzir informação para tomada de decisões.

Figura 3: Papel do Contabilista nas Empresas Atualmente



Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

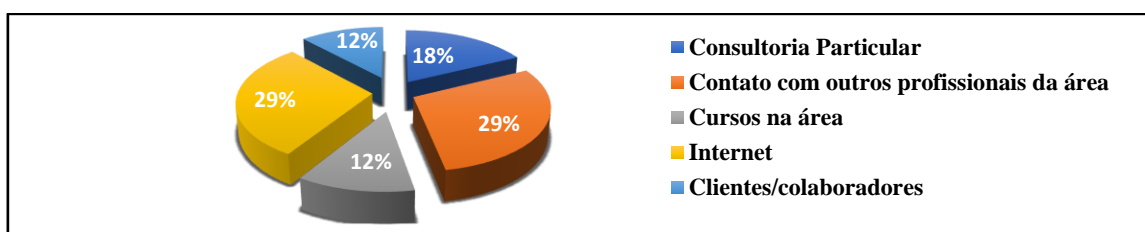
A seguir surge a questão que identifica o nível de satisfação dos profissionais, quanto aos órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão de contabilista, que são o BNA, a AGT e a OCPCA, quanto à colaboração para agregar conhecimento e enriquecer a carreira do profissional. Verificou-se segundo as respostas obtidas que a atuação destes órgãos é positiva e que possuem grande importância no desenvolvimento



da profissão, mas ainda não é suficiente para aquilo que é a nossa profissão. Por outro lado, foi ressaltado que algumas normas emitidas pelo BNA são complexas e dessa forma dificultam um entendimento unânime sobre certas questões, gerando algumas dificuldades na hora de aplicar as exigências. “O profissional de contabilidade começa a perceber o que é que se tem que entregar, como têm que entregar e tudo que está subjacente à não entrega ou comprimento das nossas obrigações, quanto mais nos for exigido da parte destes reguladores melhor vamos desempenhar as nossas funções” (E12).

Ao perguntar sobre a maneira como os entrevistados adquirem conhecimentos sobre as mudanças e novidades que ocorrem na profissão, foi verificado que a maioria busca através de consulta na internet e em contato com outros profissionais da área (Figura 4).

Figura 4: Meios de Atualização da Profissão



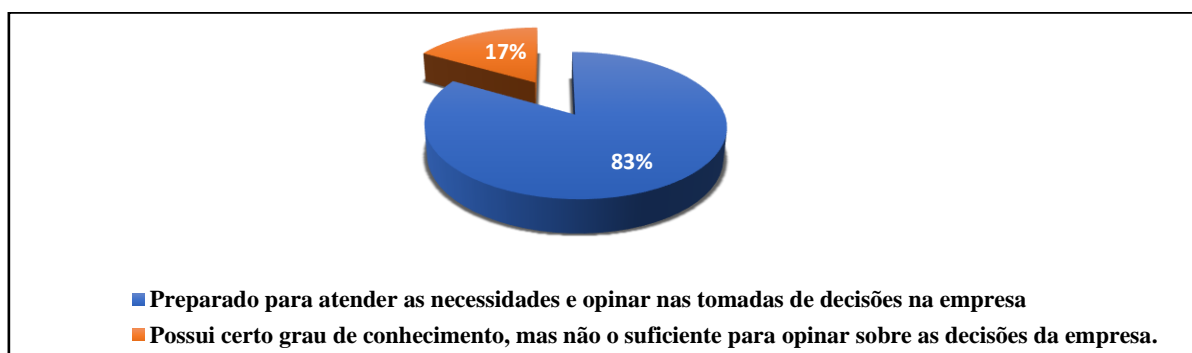
Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

Relativamente à visão que os entrevistados têm sobre o futuro da profissão, após as mudanças ocorridas seja com as normas internacionais e com a adoção do IVA, a maioria de respostas obtidas foram de que atualmente os profissionais não estão totalmente preparados para esses ajustes. Entretanto, existe uma perspectiva de valorização da profissão e naturalmente do profissional, que deverá ter mais responsabilidades e melhorias nas atividades a desenvolver. “Quanto à adoção do IVA, é como falamos, vai ser bastante desafiante, mas acho que vai distribuir mais a carga fiscal para todos os contribuintes em Angola” (E11).

Quanto ao nível de conhecimento que possuem sobre as mudanças que ocorreram na contabilidade, as respostas obtidas sugerem que os participantes se encontram preparados para atender as demandas e para opinar sobre as decisões da empresa (Figura 5).



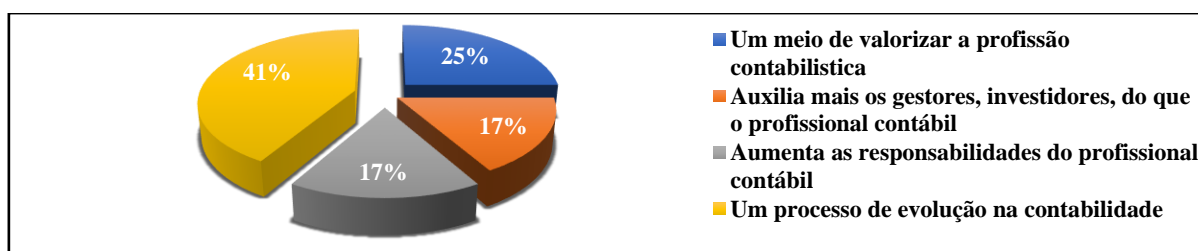
Figura 5: Preparação dos Profissionais Perante Mudanças



Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

Quanto à questão sobre a visão dos profissionais quanto às mudanças da contabilidade, acreditam que as mudanças ocorridas contribuem maioritariamente para o processo da evolução da contabilidade, servindo para a valorização da profissão, conforme apresentado na Figura 6.

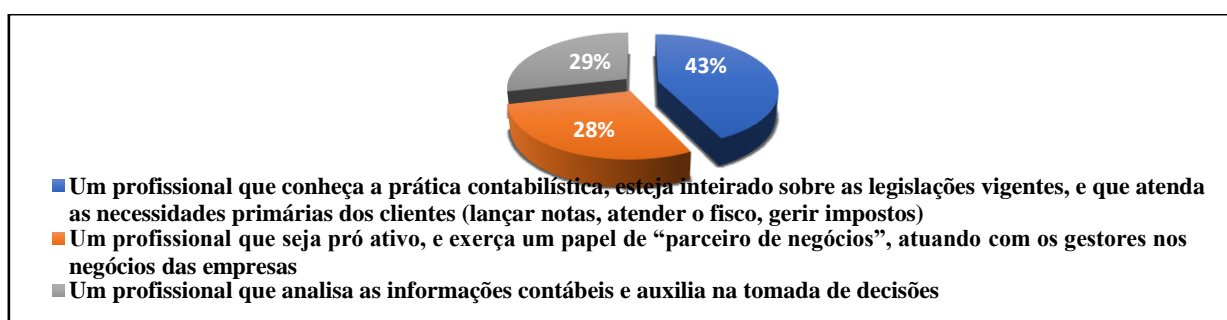
Figura 6: Visão dos Profissionais Quanto as Mudanças da Contabilidade



Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

A questão sobre o perfil de profissional mais valorizado pelo mercado (Figura 7), os entrevistados acreditam que é o profissional que conheça práticas contabilísticas, esteja inteirado das legislações vigentes, e que atenda as necessidades primárias dos clientes.

Figura 7: Profissional Valorizado pelo Mercado



Fonte: Elaboração própria, resposta entrevistados

#### 4.2.2.4. Contexto da OCPCA

No que ao contexto da OCPCA diz respeito, entrevistou-se o participante E10 (Luís Neves) pelo conhecimento longínquo que tem sobre a Ordem, e por se tratar de um dos fundadores da OCPCA e atualmente Coordenador do Conselho de Normalização Contabilística.

O entrevistado começou a responder a primeira questão, relacionada com a história da OCPCA, que começa “nos finais do regime colonial, muito próximo de 25 de Abril houve uma tentativa de alguns profissionais de fazerem uma associação de profissionais. Em 1996 houve uma visita de um consultor do Banco Mundial, o senhor Malef, momento em que se voltou à carga com um grupo de pessoas que começou a trabalhar com um grupo de Consultores do Banco Mundial, e acabou por dar origem a Comissão Dinamizadora da Ordem. Nessa altura não se pensava numa Ordem, mas sim em constituir uma associação de profissionais, i.e., que tivesse voz enquanto profissionais para instrumentos em matérias contabilísticas, altura em que estava em reforma o sistema contabilístico, com o surgimento do PGCA. A Comissão Dinamizadora teve 5 anos para levar ao nosso desenvolvimento. O Presidente na altura era o André Antônio Lopes que nos coordenava a frente da assembleia nacional. Em 2001, fez com que se publicasse o PGCA e também, em conjunto com o BNA, o primeiro modelo do Plano de Contas das Instituições Financeiras doravante CONTIF, que foi evoluindo e chegou-se ao CONTIF que temos recentemente, adaptado as *IFRS*. Fez-se a primeira Assembleia de Profissionais em inícios de 2002, que deu origem ao primeiro rascunho de estatutos para aprovação com algumas emendas, seguindo-se a segunda Assembleia nos finais de 2002, no qual foram nomeados os membros que iriam compor a Comissão Instaladora de Contabilistas e Peritos Contabilistas. Tivemos a nossa grande epopeia, que foi convencer o governo angolano sobre as razões de constituir uma Ordem, o entendimento é que não sendo uma Ordem académica na altura, de origem basicamente académica o porquê que seria uma Ordem não poderia ter outra designação? Apenas em 2010 é que vingou a ideia de ser uma Ordem com avanços e recuos, conseguimos aprovar os estatutos em 2010, embora já tivéssemos indicado os membros há sete anos atrás por causa das várias prioridades que o governo tinha. No entanto, não terminou aí a nossa epopeia, tivemos mais 2 anos para ver nomeada a Comissão Instaladora em 2012, o que era constituído por

membros representativos da classe, membros indicados pelo Ministério das Finanças, isso só teria efeito com o ato formal da tomada de posse, é nomeada, mas não foi conferida posse. Houve uma grande evolução de políticas de ensino e acesso à informação tecnológica, isto fez com que a primeira Comissão Instaladora cessasse a atividade e fosse nomeada uma segunda Comissão, que levou a que se fizesse uma emenda a alguns artigos dos estatutos em 2014, nomeadamente o artigo que refere o período de experiência profissional que passou para 10 para se ser contabilista e 15 como peritos contabilistas, o outro artigo era relativo ao período de estágios e o outro artigo era sobre a questão da reciprocidade. A razão das alterações foi aquilo que era o mercado e o que é hoje a evolução da contabilidade, a própria necessidade de o país na altura terem inscrito as pessoas e o mercado depurar os melhores, é um processo que define os bons dos maus profissionais.

Em 2017, foi-se para as segundas eleições, fez-se uma lista de consensos e elegeram-se os novos órgãos sociais. Tivemos várias discussões até se ajustarem as diferentes abordagens que os profissionais ou órgãos da Ordem tinham, uma delas foi uma grande discussão sobre a forma como arrumamos o nosso plano de contas. Já tinha um plano ousado, mudou-se a nomenclatura das contas, partimos da menor elegibilidade para maior liquidez, alterou-se as classes 6 e 7 de proveitos e custos, i.e., tivemos três planos de contas, o primeiro foi na altura que tenhamos a Economia e Direção Central em 1991, depois tivemos um segundo, e por último passou-se para o PGC. O PGC está mais próximo dos normativos internacionais, já relatam mais segundo a relevância de informação ou tipo de informação. Mas a grande vitória da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas, um dos seus grandes objetivos, foi trazer à mesa depois de muitos anos o Conselho Nacional de Normalização Contabilística, aprovado este ano, que estará acima de todos os órgãos reguladores, o BNA, a OCPCA, AGT, associação de bancos, associação de empresários. É aí que irá começar as grandes batalhas normativas da profissão em Angola. Com 35 membros, um dos grandes desafios é de facto como é que nós entramos para as normas internacionais, quer através das ISAS, quer através de outros mecanismos de reconhecimento internacional. Isto é muito importante para o país, porque quando um país quer entrar para o mercado está dependendo das normas, requer muito da sua capacidade de convergir com os outros estados, princípio da competência.

Antes de a OCPCA ser criada, o governo regulamentou a profissão a partir da Direção Nacional de Contabilidade no Ministério das Finanças, começando mesmo no período antes da independência, altura em que já tínhamos a figura do guarda livros. O que é facto é que se reconhecia profissional as pessoas cujo os requisitos eram formação superior ou média ou técnica (ensino de base) de contabilidade, ciências económicas, para se inscreverem na Direção Nacional de Contabilidade, este modelo continuou após independência. Nesta altura, fazia-se um pequeno teste para ver se tinham qualidade técnica e conhecimento suficiente para o exercício da profissão e eram designados por técnicos de contas e não contabilistas. Houve aqui um erro nosso, que foi a forma como a Ordem assumiu a base de dados do Ministério das Finanças, não temos técnicos de contas hoje, mas sim contabilistas, peritos contabilistas e auditores. De 2002 a 2010 houve um período de discussão entre escrever ou não os profissionais pelo Ministério das finanças, nesta altura já havia um órgão representativo da classe.

O processo da criação da OCPCA, teve como principais promotores aqui com um grande apoio para além do arranque, do Banco Mundial que interveio no pagamento para definição do modelo de estatuto, a participação da Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional doravante USAID, definiu com os consultores o modelo 1 e pagou o mesmo, e o BNA que facilitou as diligências junto a USAID para apoiar o 1º curso de formação para formadores que passou a ser os atuais cursos de superação profissional, e muito particularmente duas senhoras uma nas vestes de Vice-governadora do BNA e outra nas vestes de Secretaria de Estado do Ministério das Finanças, na ponta final tiveram um papel muito grande, nesse processo a Dra. Valentina, Dra. Laura Monteiro e o Dr. André Lopes. Também tivemos algum suporte técnico e influência da Ordem de revisores Oficiais de Contas de Portugal, nos três primeiros cursos, de 2010 a 2012 deram-nos um apoio muito grande.

Quanto a questão da formação contínua dos seus membros, aspeto que a Ordem considera que é importante para uma maior credibilização da profissão, houve 1 período transitório 2014/2017 em que as pessoas se escreviam e faziam apenas o curso da atualização, nós não poderíamos exigir dos profissionais logo de início que cumprissem os requisitos expostos nos estatutos sem regular corretamente o mercado antes. Finalizado este período transitório as pessoas já são atualmente obrigadas a fazer estágio, que será para aqueles que saindo agora da Universidade nunca trabalharam, e aqueles que por

alguma razão foram imprudentes e não se inscreveram e ficaram sem cédulas. O suporte da Ordem portuguesa, foi a nível de professores, os módulos de formação desde o primeiro ao quinto curso, desenhado pelos revisores de Portugal e que vinham dar formação.

Antes da fundação da OCPCA, não haviam contabilistas ativos certificados, mas sim técnicos de contas certificados, por via da base de dados do Ministério das Finanças. A OCPCA integrou esses técnicos certificados, foi preciso reavaliar os processos, atualizar os processos de cada um, fazerem os cursos de superação profissional de atualização e mais nada desde que preenchessem os requisitos.” (E10).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### *5.1. Conclusões, Limitações e Investigações futuras*

A contabilidade encontra-se em constante evolução não só em Angola como em toda a parte, o que acarreta consigo mudanças nos procedimentos contabilísticos e leva a necessidade que todo o profissional contabilista esteja atualizado e se adapte às novas mutações com o intuito de atender a procura do mercado e fortalecer a profissão de contabilista.

Este estudo teve como objetivos fazer uma busca sobre aquilo que realmente interessa para que a profissão de contabilista continue a evoluir. Relativamente as entrevistas realizadas, foi possível evidenciar quais são as principais expectativas dos profissionais e adaptações necessárias para o melhor desenvolvimento da contabilidade, e entender qual é a perceção que os profissionais têm sobre a importância de adequar o exercício da sua atividade ao que é exigido no mercado atualmente, o que leva à valorização da profissão contabilística que ainda não é o suficiente para aquilo que são as necessidades do país.

Os resultados obtidos permite-nos, concluir que só partir de 2010, quando a OCPCA começa a atuar efetivamente com a ministração de cursos de atualizações, é que surge a tão desejada regulamentação da profissão, ou seja, a profissão atingiu um nível de dignidade almejada e bases consistentes para se desenvolver.

Conclui-se que os contabilistas em Angola ainda dependem muito das imposições do governo, na pessoa dos órgãos reguladores da profissão, reagindo apenas sobre novas situações que se impõem. O conhecimento profissional se encontra maioritariamente concentrado em Luanda, situação que se alastra desde o período da guerra colonial até a atualidade quando as pessoas fugiram das províncias a procura de melhores oportunidades de subsistência, existe assim uma carência de mais quadros profissionais qualificados pelo país.

Este estudo poderá contribuir para que se tenha uma melhor percepção da situação atual da profissão contabilista, informação pertinente para os principais órgãos reguladores da profissão como a OCPCA, AGT, e BNA, bem como profissionais do setor e outros países que almejem constantes mudanças nos seus sistemas contabilísticos, bem como servir de um acréscimo a literatura existente sobre esta temática.

A realização deste trabalho de investigação deparou-se com algumas limitações, nos deparamos com escassa literatura e falta de informações, pois Angola não possui uma base de dados atual e consistente para a recolha de dados, as bibliotecas físicas e online apresentam livros com conceitos gerais de práticas contabilísticas, a explicarem apenas os princípios contabilísticos até como deve ser feita a contabilidade e não esta vertente que foi utilizada para este estudo.

Salientam-se, neste ponto, sugestões para futura investigação.

- Seria de elevado interesse que se efetuasse futuramente um estudo sobre qual será o impacto na profissão do contabilista da adoção das *IFRS* nos restantes setores que não seja a banca em Angola.
- O IVA foi implementado em Angola este ano de 2019, seria de importante relevância fazer-se um estudo sobre qual será o impacto que da adoção do IVA nos setores empresariais na profissão contabilista em Angola.
- Por se tratar de um tema atual, e não existir muitos estudos sobre o acesso à profissão de contabilista em Angola, seria importante aprofundar mais e selecionar um horizonte temporal de 10 anos após a crise que se instalou desde 2014 no território nacional, fruto da quebra do preço de petróleo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associados, C. d. (2018). *Angola perdeu 70% do investimento direto estrangeiro entre 2013 e 2017*. (Lusa, Editor) Obtido de <https://africa21digital.com/2018/05/28/angola-perdeu-70-do-investimento-direto-estrangeiro-entre-2013-e-2017/>
- Audicontas. (2013). *Relatório de Reforma Tributária da Empresa Audicontas*. Obtido de <https://audiconsta-angola.com/wp-content/uploads/2013/03/RF2012-AUDv2.pdf>
- Banco Mundial. (2017). *Relatório sobre a Revisão da Profissão de Contabilidade*. Angola.
- Banco Nacional de Angola. (2018). *Relatório Anual e Contas do BNA de 2018*. Obtido de <https://www.bna.ao/uploads/%7B490f344a-dce2-4be2-a749-a125996dbf65%7D.pdf>
- Bastos, J. (2017). Normalização Contabilística em Angola : Um Entrave à atracção de Investimentos. *Ordem de Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola*. Obtido de <https://www.ocpcangola.org/files/ANEXOS/201710240456384.pdf>
- Batista, K., & Vera, C. (2016). *Competências requeridas para a atuação em coaching: a percepção de profissionais coaches no Brasil*. Obtido de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616306452>
- Decreto Presidencial no 232/10. (2010). Estatuto da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas. *Diário da República nº 193, I Série*. Angola.
- Decreto-Lei n.º 3/01. (2001). Lei do Exercício da Contabilidade e Auditoria. *Diário da República, I série nº - 14*. Angola.
- Diário da República, I Série, nº 102, de 22 de Jun. (2016). Aviso nº 06/2016: Adoção plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro. Angola: Banco Nacional de Angola. Obtido de <http://www.bna.ao/uploads/%7Be6cec560-538a-4e49-a167-1db1f75fd555%7D.pdf>
- Fernandes, V., Gomes, D., & Ribeiro, J. (2016). A Contabilidade, o Acesso e o Exercício da Profissão de Contabilista Certificado/a na Perspetiva das mulheres. *Escola de Economia e Gestão Universidade do Minho, Braga, Portugal*(33), pp. 49-65.
- Fernando, H. (2019). *Ninguém em Angola penaliza quem não apresenta contas*. Obtido de <https://www.novafica.co.ao/economia/fernando-hermes-ninguem-em-angola-penaliza-quem-nao-apresenta-contas/>.



- Fortes, A., & Makanda, N. (2012). *Gestão em Angola : Pistas para viver e gerir*.  
Obtido de  
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjQwJzUo4XiAhXBAmMBHQpjAokQFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww.imf.org%2Fpt%2Fpublications%2FCR%2Fissues%2F2018%2F06%2F11%2Fangola-2018-Article-IV-Consultation-Press-R>
- Fundo Monetário Internacional. (2018). *Consultas de 2018 ao abrigo do artigo IV – Comunicado de imprensa, Relatório do Corpo Técnico e Declaração do Administrador do FMI para Angola*. International Monetary Fund • Publication Services. Obtido de <http://www.imf.org>
- Galhardas, D. (2015). Análises Construir o Futuro. *Fórum Reforma Tributária*. Obtido de <https://www2.deloitte.com/ao/pt/pages/tax/articles/reforma-tributaria-2015.html>.
- Goulão, J. (2018). *FMI : Angola em Recessão com o PIB a contrair 1,7%*. Obtido de <https://www.google.com/amp/s/www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/amp/fmi-angola-em-recessao-este-ano-com-pib-a-contrair-17>.
- José, M. (2017). *Faltam No Mercado 40 mil Contabilistas*. Obtido de Jornal de Angola: [http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/mercados/faltam\\_no\\_mercado\\_40\\_mil\\_contabilistas](http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/mercados/faltam_no_mercado_40_mil_contabilistas)
- Magro, J. (2010). A Contabilidade em Angola: A importância da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas. *Revista Valor Acrescentado*, 16, pp. 40-78.
- Melo, M. (2012). A evolução da Contabilidade e as Novas Perspectivas dos Profissionais Contábeis. *Monografia em Ciencias Contábeis, Universidade de Caxias do Sul*. Brasil.
- Mihreeta, D., Alshareef, M. N., & Bazhair, A. (2017). Accounting professionalization and the state: The case of Saudi Arabia. *Elsevier Journal*(45), pp.29–47.
- Neto, G. (2010). A Contabilidade em Angola: A importância da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas. *Revista Valor Acrescentado*, 16, pp. 46-74.
- Neto, P. (2010). O que o mercado atual espera dos profissionais contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 185, pp. 14.
- Neves, L., Lopes, A., Júlio, S., Barber, M., Santos, D., Almeida, A., . . . Hermes, F. (2014). Materializar Anseios Consolidar Convicções. *Revista Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola*, 0, pp. 1-83.
- O Portal dos Bancos de Angola. (2014). *Conceito de Bolsa de Valores*. Obtido de <https://www.bancosdeangola.co.ao/bolsa-de-valores-bodiva-angola/>
- OCPCA. (2015 e 2016). *Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2015 e 2016*. Obtido de <https://ocpcangola.org/relatorios.aspx>.



- OCPCA. (2016). *Regulamento de Estágio para Contabilistas e Peritos Contabilistas, Estatutos da OCPCA*. Obtido de <https://www.ocpcangola.org/estatutos.aspx>.
- OCPCA. (2019). *Plano de Atividades da OCPCA de 2019*. Obtido de <https://ocpcangola.org/relatorios.aspx>.
- PAFA, P. (2017). *Profissão de Contabilista em África - Relatório xFAP da PAFA*. Obtido de [www.pafa.org.za](http://www.pafa.org.za).
- Ramos, R. (2019). *Previsões do PIB angolano em 2019, Jornal Mercado*. Obtido de <https://mercado.co.ao/economia/previsoes-pib-angolano-cresce-no-maximo-2-8-em-2019-BB322751>
- Salazar, J. N., & Benedicto, G. C. (2004). *Contabilidade Financeira*. Brasil: Cengage Learning Editores. Obtido de [https://books.google.pt/books?id=ukcXcj9JgtUC&pg=PA96&lpg=PA96&dq=Benedicto,+Gideon+Carvalho+\(1+de+janeiro+de+2004\)+contabilidade+financeira&source=bl&ots=qK9TBvCyRY&sig=ACfU3U0X0WS\\_go2VUia72Riwe6YvKWnvog&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwj4vebmmZbhAhUmzYUKHYLsBOK](https://books.google.pt/books?id=ukcXcj9JgtUC&pg=PA96&lpg=PA96&dq=Benedicto,+Gideon+Carvalho+(1+de+janeiro+de+2004)+contabilidade+financeira&source=bl&ots=qK9TBvCyRY&sig=ACfU3U0X0WS_go2VUia72Riwe6YvKWnvog&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwj4vebmmZbhAhUmzYUKHYLsBOK).
- Santos, H. (2011). *Trabalhar em Angola - Guia essencial para profissionais portugueses*. Planeta. Obtido de <https://www.almedina.net/trabalhar-em-angola-guia-essencial-para-profissionais-portugueses-1564004551.html>
- Silva, É. (2012). *Ética Profissional*. (Alegrete, Ed.) Santa Catarina, Brasil.
- Vinte e Cinco, S. (2019). *A Evolução do Investimento Estrangeiro em Angola e o Novo Regime Jurídico*. Obtido de <http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/a-evolucao-do-investimento-estrangeiro-em-angola-e-o-novo-regime-juridico>
- Weffort, E. (2005). *O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Yu, K.-H., Kim, S., & Restubog, S. (2015). Transnational Contexts for Professional Identity Development in Accounting. *Journals Permissions*, 36 (11), pp.1577-1597.

## ANEXOS

### Anexo 1: Evolução da Contabilidade e da Profissão de Contabilista em Angola

Anos	Eventos
<b>Antes de 1975</b>	
1755	<b>Criação da junta do comércio pelo Marques do Pombal:</b> o que impulsionou a atividade comercial e industrial, e melhorou o ensino do comércio (Decreto de 30/09)
1759	<b>Criação da aula do comércio:</b> foi o primeiro estabelecimento de ensino, criado oficialmente em Portugal para o ensino da Contabilidade. Foi a primeira lei a fazer referência á profissão "guarda-livros"
1770	<b>Primeira regulamentação da profissão contabilística:</b> - Por carta da Lei 30/08; - Os guarda-Livros deviam inscrever-se na junta do comércio e serem graduados pela aula do comércio; - Alguns empregos na administração pública só estavam disponíveis para os alunos da aula do comércio
1838	<b>Carta da Lei de 07/04 - A profissão de guarda-livros é reconhecida nas leis fiscais como uma profissão liberal:</b> ser graduado pela aula do comércio e estar inscrito na junta do comércio já não era requisito para ser considerado guarda-livros
1883	<b>Publicação do primeiro Código Comercial Português, denominado "Código Ferreira Borges":</b> o Código faz referência à escrituração de livros, à prestação de contas e à profissão de guarda-livros
1885	<b>Criação da Associação Portuguesa de Contabilidade:</b> esta associação teve vida efémera, não se sabendo o período de atividade
1888	<b>Novo Código Comercial, denominado "Código Veiga Beirão" em homenagem a um dos seus autores, Francisco António da Veiga Beirão:</b> permite que os comerciantes e as empresas entreguem a contabilidade a qualquer pessoa, fazendo com que a competência para o trabalho deixasse de ser considerada sob a forma de lei. Assim, a profissão de guarda-livros deixa de ser referida no Código Comercial, o que foi considerado um retrocesso.
1894	<b>Criada a Associação dos Empregados da Contabilidade,</b> também denominada Associação de Classe dos Empregados de Contabilidade, e mais tarde, Instituto da Classe Comercial de Lisboa
1901	<b>Criação da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade em Angola:</b> os Serviços da Fazenda e Contabilidade com a designação de direção, foram criados na província de Angola em 03/10 através da Portaria do Ministério das Finanças e do Ultramar
1902	<b>Criada a Escola Comercial Raul Dória, no Porto,</b> considerada a pioneira no ensino técnico comercial e da contabilidade, encerrou no ano letivo de 1963/64
1903	<b>Ricardo Sá publica o livro "Tratado de Contabilidade":</b> primeiro livro português sobre teoria da contabilidade
1908	<b>Publicado o primeiro número da revista de "Guarda-Livros":</b> da Escola Prática Comercial Raul Dória, no Porto
1911	<b>Regulamento de Fiscalização das Sociedades Anónimas de 13/04 (Vigorou no ano civil de 1911 e no ano económico de 1911/1912):</b> As SAs passaram a ter que submeter as suas contas à fiscalização oficial de peritos contabilistas. Os diretores não podiam ser guarda-livros
1911	<b>A Lei de 27/05, publicada no Diário do Governo nº 12 de 29/05:</b> exige que a Contabilidade seja executada por técnicos competentes e cria duas Câmaras de Peritos Contabilistas (uma Porto e outra em Lisboa) para verificar o relato financeiro e examinar as contas. Retorno ao corporativismo; atribuição das camaras que não chegaram a ser constituídas. Surge pela primeira vez o nome "perito contabilista" que se confundia com guarda-livros
1929	<b>Jaime Lopes de Amorim, (1891- 1973), publicou o livro "Lições de Contabilidade Geral":</b> constituiu um marco histórico na investigação contabilística, em Portugal, posicionando a Contabilidade numa perspetiva científica e ao nível do ensino superior
1933	<b>O Governo estabelece uma comissão para estudar a regulamentação da profissão de guarda-livros e contadores:</b> o Governo de Salazar reconhece a necessidade dessa regulamentação

**Rosemary Khelifa, O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO EM ANGOLA**

1934	<b>Criação do Sindicato Nacional de Contabilistas e Guarda-Livros do Sindicato Nacional de Contabilidade do Distrito do Porto</b> doravante <b>SNCGDP</b> : este lutou pelo prestígio da profissão de contabilistas e guarda-livros
1936	<b>Obrigatoriedade dos contadores e guarda-livros possuírem carteira profissional do SNCGDP</b> : esta carteira profissional torna-se essencial para exercer a profissão de contabilista e guarda-livros
1940	<b>Proposta datada de 8/11, de regulamentação da profissão pela Associação Académica do instituto comercial do Porto; Divisão dos técnicos de Contabilidade em três categorias:</b> - Guarda-Livros, técnico que tem a função de, por si ou conjuntamente com os seus auxiliares, executar todas as operações de escrituração; - Contador, técnico cuja função consiste em superintender, organizar, orientar e dirigir os serviços de Contabilidade e Administração dos organismos públicos e privados; - Perito Contador, técnico que tem por função a finalização e a verificação da Contabilidade e factos de gestão dos organismos económicos
1943	<b>Publicação da lei 1995 de 17/05</b> : esta Lei instituiu um novo regime de fiscalização das sociedades anónimas da constituição e funcionamento das sociedades por ações, mediante a intervenção de técnicos especializados e ajuramentados, integrados num organismo colegial que se denominará Câmara dos Verificadores das Sociedades por Ações
1945	<b>Constituição da Sociedade Portuguesa de Contabilidade</b> doravante <b>SPC</b> : SPC teve atividade relevante até fim da década de 80
1951	<b>Publicação do Decreto nº 38.331 de 23/04</b> : promulga o regulamento dos institutos comerciais, tendo estabelecido no seu artigo 13º: “O curso de Contabilista constitui habilitação adequada para peritos contabilistas dos tribunais de comércio, chefes de contabilidade de serviços fabris do Estado e de serviços municipalizados, oficiais dos serviços de Fazenda e Contabilidade do Ultramar, administradores de falências e para o exercício de funções análogas”
1963	<b>Publicação do Código da Contribuição Industrial, criado pelo Decreto-Lei nº 45 103/07</b> , o qual exige que a tributação seja baseada no lucro real das empresas; surge a necessidade de uma contabilidade mais rigorosa, executada por “Técnicos de Contas” (nova designação) O artigo 52º do CCI previa a regulamentação legal do exercício da profissão e, até a sua publicação, os técnicos de contas teriam de se inscrever na Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) o que veio a acontecer até ao início do processo de inscrição na Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC), criada pelo Decreto-Lei nº 265/95
1969	<b>O Decreto-Lei nº 49.381 de 15/11 prevê a fiscalização das Sociedades Anónimas por Revisores Oficiais de Contas e estabelece regras para a elaboração do Balanço e da Conta de Resultados</b> : É o primeiro diploma a fazer referência à profissão de “Revisor Oficial de Conta (ROC)”, cujo artigo 43º estabelece no seu nº 3: “Os membros do Conselho Fiscal e o Fiscal Único podem ser ou não sócios da sociedade, mas um deles ou o Fiscal Único e um suplente têm de ser designados entre os inscritos na lista dos Revisores Oficiais de Contas a que se refere o artigo 43º, salvo o estabelecido nas disposições transitórias” O artigo 43º determina que as atividades de ROC e das sociedades de revisão serão regulamentadas, o que veio a acontecer, 4 anos mais tarde, com o primeiro Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/72, de 03/01, tendo a Câmara dos ROC sido criada pela Portaria nº 87/74 de 07/02
1972	<b>O Governo reconheceu a profissão de Revisor Oficial de Contas</b> doravante <b>ROC</b> , através da respetiva Câmara com a publicação do primeiro Estatuto inserto no Decreto-Lei nº 1/72 de 03/01, tendo a Câmara sido criada pela Portaria nº 87/74 de 07/02
1972	Criada a Associação Angolana dos Técnicos de Contas, doravante AATCA, mas não autorizada pelo Governo Colonial

**Rosemary Khelifa, O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO EM ANGOLA**

1972	<b>Aprovação do código do Imposto Industrial pelo Diploma 35/72 de 29 de abril:</b> (i) As Declarações Fiscais passam a ser assinadas para além do contribuinte ou representante legal, também pelo Técnico de Contas responsável pela contabilidade da empresa; (ii) Determina que o lucro tributável reportar-se-á ao saldo de conta de resultado em obediência a são princípios de contabilidade e consistirá na diferença entre todos os proveitos ou ganhos realizados no exercício anterior àquele a que o ano fiscal respeitar e os custos imputáveis ao mesmo exercício; (iii) Apenas os Técnicos de Contas inscritos nos Serviços de Finanças (designados nesta altura de Serviços de Fazenda e Contabilidade) com determinadas condições impostas, eram considerados responsáveis, em que está inscrição regulamentada pela Portaria Nº 441/73 de 14 de Julho de 1973, seria dependente das condições fixadas pelo Governador-Geral; (vi) em 1973 foi ainda elaborado o anteprojeto de PGC pelo Centro de estudos Fiscais – DCI – Portugal
<b>Após 1975</b>	
1976	<b>A Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade</b> passou a denominar-se Ministério das Finanças
1978	<b>Plano de Contas</b> criado pelo Ministério do Comércio Interno, no intuito de uniformizar o controle económico das suas Unidades Económicas Estatais
1979	<b>Aprovado o Plano de Contas Nacional, pelo Decreto nº 250/79 de 19/10:</b> aplicado a todas as Unidades Económicas Estatais, mistas e privadas
1982	<b>Aprovado o PGC, pelo Decreto nº 82/01 de 16/11:</b> terceiro plano de Contas de Angola, ainda em vigor
1995/1996	<b>AATCA evoluiu para a constituição da Ordem dos Contabilistas e peritos contadores (OCPCA):</b> começou a ganhar corpo como associação de profissionais
1997	<b>O Ministério das Finanças institui, a 10 de Setembro, a “task force”</b> para a criação do Mercado de Capitais e Bolsa de Valores, tendo como principal função implantar o mercado de valores mobiliários A “task force” foi integrada por especialistas dos Ministérios das Finanças, do Planeamento e da Justiça, BNA, SONANGOL e ENSA, cujo mandato visava realizar estudos preliminares para a criação da Comissão do Mercado de Capitais e da Bolsa de Valores de Angola
1998	<b>Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças</b> , sendo que este compreende as seguintes direcções nacionais: 1 Orçamento; 2 Contabilidade; 3 Tesouro; 4 Impostos; 5 Alfândegas; 6 Património do Estado
1998	Criação do núcleo da Comissão de Mercado de Capitais doravante CMC e da Bolsa de Valores: pelo Decreto Presidencial 97/14, de 7 de Maio, designada por BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola, SGMR, SA, registada, mediante ato público, em 4 de Julho, sendo os seus primeiros órgãos sociais eleitos apenas na Assembleia Geral de 10 de Julho de 2014
2000	<b>O Decreto nº 38/00 de 06/10 - DR 40/2000:</b> aprovou o regime de obrigatoriedade de auditorias a serem efetuadas por peritos contabilistas, para as empresas públicas ou mistas, constituídas sob qualquer forma jurídica
2001	<b>Aprovados uma série de decretos relativos a planos de contas</b> até sobrevir efetivamente o Plano Geral de Contabilidade de Angola, que rege atualmente o sistema contabilístico angolano: (i) Decreto nº 250 de 23 de Dezembro de 1979 referente ao Plano de Contas Nacional; (ii) Decreto nº 70/89 de 19 de outubro de 1989 referente ao Plano de Contas Empresarial; e (iii) Decreto 82/01 de 16 de Novembro de 2001 referente ao Plano Geral de Contabilidade de Angola <b>O PGCA</b> , pelo Decreto-Lei nº 82/01 de 16/11, esta atualmente em vigor, sendo um plano que obedece a uma normalização sectorial, excetuando a Banca e as Seguradoras e outras instituições financeiras, aplicando-se essencialmente às Sociedades Comerciais

**Rosemary Khelifa, O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO EM ANGOLA**

2001	<b>A Lei nº 3/01 de 23/03 - DR 14/2001:</b> aprovou o exercício da Contabilidade e Auditoria, por parte de contadores e peritos contábeis inscritos na entidade representativa dos contabilistas e peritos de contabilidade, podendo ser pessoas singulares ou coletivas. Vem disciplinar o acesso a profissão e explicar as bases para o exercício das atividades profissionais de contabilidade e auditoria, bem como exige que as demonstrações financeiras sejam elaboradas por técnicos inscritos na Ordem. Esta Lei nº 3/01, surge com a necessidade de se definir regras e condutas adequadas a obtenção de uma prestação de serviço com qualidade, fidedigna aos agentes económicos isto a nível económico e das demonstrações financeiras semelhantes aos já praticados mundialmente
2001	<b>A Lei nº 10/01 de 31/maio - I Série Nº 25:</b> aprovou a alteração da figura do técnico de contas, que surge com a publicação da Lei do exercício da Contabilidade e Auditoria que veio instituir um novo quadro legal do exercício de funções. Esta alteração dá-se também com a criação da Entidade Representativa dos Contabilistas e Peritos Contabilistas e aprovação dos respetivos estatutos, significa isso que a figura do técnico de contas e as funções que lhe incumbiam nos termos do Código Industrial deve ser substituída com responsabilidades acrescidas
2001/2002	A Ordem, teve um marco importante a 1 de fevereiro de 2001 com uma reunião ou Assembleia seguida de duas reuniões em 2002, nesta altura como grupo dinamizador e depois como comissão instaladora
2004	<b>Lei das Sociedades Comerciais, criada pela Lei nº 1/04 de 13/02:</b> Estabelece as regras com que as sociedades comerciais devem funcionar em Angola. Esta lei estabelece novas regras em matéria de fiscalização das sociedades, exigindo que dos membros dos conselhos fiscais um seja contador ou perito contador
2004	<b>Lançamento do livro “Contabilidade Geral – Conceitos Fundamentais”</b> - Tomo I, autor José Gonçalves Dias Amaral
2004	Publicação do livro <b>“Contabilidade Analítica Pormenorizada”</b> do autor Capela Dombaxi Tepa
2007	<p><b>Criado o Plano de Contas das Instituições Financeiras doravante CONTIF</b>, pelo Instrutivo nº 9/07 de 19/09, do BNA. Este Plano já está de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)</p> <p>Estava estipulado que o CONTIF entrasse em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, devendo as Instituições Financeiras ter encerrado as contas até 31 de Dezembro de 2009, de acordo com o Plano de Contas em vigor e proceder à abertura das contas com a transposição dos saldos existentes, em conformidade com a nova classificação, mas a plano entrou em vigor apenas em Julho de 2010</p> <p>O BNA flexibilizou a entrada em vigor do plano CONTIF permitindo para as instituições que o requeiram a entrada em 01 de Julho de 2010 iniciando o reporte do Balancete, transpondo os saldos iniciais para o CONTIF a 30 de Junho de 2010.</p>
2007	<b>Publicação do livro “Consultoria Contabilística:</b> Aspetos Contabilísticos e Fiscais das Imobilizações” do autor Álvaro Vigário O livro é um instrumento de consulta quer a nível de conceituação e movimentação das contas do imobilizado, quer a nível das implicações fiscais sobre os Meios Fixos
2008	<b>Publicação do “Plano Geral de Contabilidade”, editado por “Brito Rebelo Consultores”:</b> É um auxiliar para os profissionais da Contabilidade, tendo em vista reduzir ao máximo, senão eliminá-los, todos os erros e/ou irregularidades que habitualmente ainda se verificam nos assentos contábeis que servem para registrar as operações de exploração correntes e não correntes
2008	<b>Publicação do “Manual de Contabilidade Angolano”,</b> dos autores José Luís Faria Magro e Adelaide Magro: trata-se de uma abordagem desenvolvida e integrada do Plano Geral de Contabilidade, incluindo: Teoria Geral da Contabilidade, área tributária, Lei das Sociedades Comerciais e Lei Geral do Trabalho
2010	<b>Primeiro curso de atualização para contabilistas e peritos contabilistas:</b> organizado pelo grupo dinamizador da Ordem dos Contabilistas Peritos, com apoio do Banco Mundial. A OCPCA efetivamente “existe desde 2010



**Rosemary Khelifa, O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO EM ANGOLA**

2010	<b>Aprovação do Decreto Presidencial nº 232/10 de 11 de outubro de 2010 referente ao Estatuto da Ordem dos Contabilistas e dos Peritos Contabilistas de Angola:</b> veio regular o exercício da Contabilidade e auditoria pelo Estatuto dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, assim como certificar os profissionais do setor e estabelecer critérios para o exercício da profissão, dado serem atividades que exigem qualidade e organização no exercício das suas funções sendo indispensáveis para a tomada de importantes decisões aos agentes económicos
2011	A Ordem foi nomeada como 1ª Comissão Instaladora, pelo Decreto Executivo do Ministro das Finanças nº 72/11 de 9 de maio de 2011. Seguindo-se o Decreto Executivo do Ministro das Finanças nº 98/14 de 9 de abril que veio nomear a 2ª Comissão Instaladora e homologar os atos da 1ª Comissão Instaladora, que teve pelo Decreto Executivo do Ministro das Finanças nº 310/14 de 8 de outubro o alargamento do seu funcionamento e define prazo para eleições dos Órgãos Sociais
2012	<b>Publicação do suplemento legislativo do Diário da República, I Série Nº 252 de 30 de Dezembro de 2011 entrou em vigor apenas em 2012:</b> deu-se a Reforma Fiscal aonde foi divulgado vários Decretos Legislativos Presidenciais, nomeadamente: -Nº 5/11 sobre a Aplicação de Capitais (IAC); - Nº 6/11 que aprova o Código do Imposto de Selo (IS); e - N.º 7/11 que altera vários artigos do Regulamento do Imposto de Consumo (IC).
2013	<b>Conforme aviso nº 06/2016; Diário da República, I Série, nº 102, de 22 de junho, o BNA, adotou as Normas Internacionais em 2013:</b> sendo assim a primeira Instituição nacional a fazê-lo. Alguns anos depois, em 2016 e 2017 o BNA obrigou a que as Instituições Financeiras (bancos comerciais) devessem convergir gradualmente para as IAS e as IFRS, não se sobrepondo as normas nacionais com o intuito de se harmonizar o regime contabilístico das Instituições, reforçando-se assim o sistema Financeiro nacional e seguindo-se melhores práticas internacionais (práticas como cumprimento das recomendações de Instituições Financeiras internacionais, comparabilidade e transparência do desempenho financeiro das Instituições Financeiras nacionais numa escala global e a melhoria contínua da informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras das Instituições Financeiras)
2013	<b>Decreto Presidencial n.º 147/13:</b> Determina o Estatuto dos Grandes Contribuintes, regula os critérios para a classificação dos Grandes Contribuintes, os seus direitos, obrigações, bem como o funcionamento da Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes criada em 2002
2013	<b>Decreto Presidencial n.º 149/13, Lei das faturas e seus equivalentes:</b> regula os requisitos para a emissão, conservação e arquivamento das faturas e documentos equivalentes pelos contribuintes, no exercício da sua atividade comercial e industrial
2013	<b>Lei 11/13, de Bases do Sector Empresarial Público, de 3 de Setembro:</b> A presente Lei estabelece o regime jurídico do Sector Empresarial Público, tendo em conta a importância que o sector empresarial público representa para a economia nacional e a necessidade de se dotar o mesmo de uma legislação
2014	<b>Decreto Legislativo Presidencial nº 01/14 de 13 de outubro:</b> Regime Fiscal aplicado aos Organismos de Investimento Coletivo, surge para atender a complexidade inerente de um mercado de capitais participativo, a favor do investimento e desenvolvimento nacional
2014	<b>Decreto Presidencial nº 318/14 publicado em 28 de Novembro de 2014:</b> Em 11 de outubro de 2010 foram publicados os estatutos, os quais, dado o tempo passado, ficaram com alguns pontos ligeiramente desajustados e, como tal, precisando de algumas alterações. Tais alterações foram efetuadas neste decreto, permitindo assim a realização da Primeira Assembleia Geral da Ordem que teve lugar no dia 12 de dezembro de 2014, altura em que foram nomeados os primeiros Corpos Sociais da Ordem. O objetivo da Ordem vem expressa nos Estatutos com as alterações efetuadas em 28 de novembro de 2014
2015/2016	<b>Reforma Fiscal: Livro de Legislação Fiscal de " Fátima Freitas" que apresenta várias alterações nos códigos:</b> com imposição de regras de apuramento do Imposto Industrial, regras de retenção na fonte (pessoas singulares e coletivas), o Código do IRT e principais impactos na tributação dos rendimentos do trabalho, Imposto sobre Aplicação de Capitais, Imposto Predial Urbano, alterações ao Código do Imposto do Selo, Imposto sobre as Sucessões e Doações e Sisa sobre Transmissão de Imobiliário por Título Oneroso, Amnistia fiscal e principais alterações ao Imposto de Consumo e ainda quadro de incentivos fiscais

**Rosemary Khelifa, O ACESSO À PROFISSÃO DE CONTABILISTA E A PERCEÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO EM ANGOLA**

2015	<b>Lei 12/15 Lei de Bases das Instituições Financeiras, de 17 de Junho:</b> está vem ajustar a Lei 13/05 de 30 de setembro. A presente Lei regula o processo de estabelecimento, o exercício de atividade, a supervisão, o processo de intervenção e o regime sancionatório das instituições financeira
2015	<b>Lei 19/14 do Código do Imposto Industrial de 22 de outubro:</b> está lei visa proceder à atualização deste imposto, responder a complexidade das operações dos seus sujeitos passivos. Inicia um novo paradigma no tratamento fiscal dos rendimentos derivados de operações comerciais ou industriais, com destaque para os artigos <b>nº 51º, 58º, 64º, 66º, 67º e 69º</b>
2016	<b>No âmbito da regulamentação da profissão do contabilista em Angola:</b> consta no relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016 da OCPCA, que foi aprovado por unanimidade em novembro de 2016, o Código de Ética e Deontologia Profissional. Relativamente a este código, realizaram-se seminários de debate e análise em várias províncias de Angola com grande aderência dos membros contabilistas profissionais inscritos na OCPCA
2016	<b>Aprovado o Regulamento de Estágio para Contabilistas e Peritos Contabilistas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola:</b> a luz do nº 2 do artigo 55.º e do art.º 75.º já estabelecido no Decreto Presidencial n.º 232/10, de 11 de outubro. Conforme Regulamento de Estágio, nos termos do art.º 1º este estágio é dirigido por uma Comissão de Estágio e leva a que o estagiário faça exercícios e práticas como profissional contabilista, adequados ao exercício da atividade como garantia da qualidade no empenho técnico e deontológico, sob a proteção de um patrono
2019	<b>Decreto Presidencial n.º 65/19:</b> Aprova o diploma legal que cria o Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola, doravante CNNA e o respetivo Regimento Interno. É o órgão público de natureza consultiva, representado a nível nacional, por entidades públicas e privadas interessadas no domínio da contabilidade. Esse diploma tem a missão de emitir pareceres e recomendações, bem como propor normas contabilísticas para os sectores empresarial e público, no sentido de uma harmonização com as melhores práticas internacionais

Fonte: Adaptada da Revista Valor Acrescentado (2010), p.46-54; Revista da OCPCA (2014), Decreto Presidencial nº 232/10, e Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2016 da OCPCA

## Anexo 2: Estimativa da demanda de contabilistas profissionais e técnicos em Angola (2016)

Tipo de Empresa/Instituições	No. de Empresas	Estimativa de Profissionais	Estimativa de Técnicos	Estimativa Total	Média - Premissas Número por Empresa
BNA	1	5	20	25	5 profissionais e 20 técnicos
Bancos	25	50	125	175	2 profissionais e 5 técnicos
Empresas de Seguros	17	34	85	119	2 profissionais e 5 técnicos
Empresas de Contabilidade e de Auditoria	185	370	925	1 295	Média de 2 seniores e 5 técnicos
Ministérios e Departamentos	33	132	165	297	Média de 4 profissionais e 5 técnicos para cada ministério e departamento
Direcção Nacional de Contabilidade Pública	1	10	72	82	Estimativas de estabelecimento da Direcção
Inspetoria Geral de Finanças	1	25	85	110	Estimativas de estabelecimento da Inspeção
Tribunal de Contas	1	24	72	96	Estimativas por estabelecimento
Outros	41 279	2 064	6 192	8 256	1 profissionais e 3 técnicos para cada 20 empresas
<b>Estimativa Total da Demanda</b>		<b>2,714</b>	<b>7,741</b>	<b>10,455</b>	

Fonte: Relatório Banco Mundial (2017)

## Anexo 3: Perfil dos Participantes da Entrevista

Codificação do Entrevistado	Nome	Cargo	Experiência de Trabalho	Instituição/Empresa	Modo de coleta de dados
E1	Cosete de A. D'A. Neto	Bancária - Diretora Adjunta de Contabilidade Bancária	Análise de Demonstração contabilística, Contabilização e Fiscalidade	-	Presencial
E2	Célio I. dos Reis Fançony	Contabilista Certificado	-	-	Escrita
E3	Dilma Correia Lopes Silvestre Paim	Subdiretora do Departamento de Contabilidade e Gestão Financeira	Emissão de relatórios de contas anuais do BNA; aprovação de pagamentos; análises e aprovações de Orçamentos anuais	BNA	Escrita
E4	Fernando Hermes	PCA da OCPCA	PCA da OCPCA; Contabilista na Sonangol; Docente; Serviços de Consultoria e Auditoria	OCPCA	Presencial
E5	Gaspar Domingos António	Contabilista Certificado	Serviços Outsourcing	KPMG Angola	Presencial
E6	Inês Filipe	Partner Financial Services	Serviços de Auditoria	KPMG Angola	Presencial
E7	Iombonji Fernando Tavares	Bancário - Subdiretor da área de Contabilidade bancária	Reporte, parametrização, apoio a rede do núcleo de contabilidade	-	Presencial
E8	João Narciso Love	Professor de Contabilidade Financeira e Sócio gerente da empresa ZDL Service	Aulas de Contabilidade Financeira e Cálculo Financeiro e Prestador de serviços de Contabilidade e Fiscalidade	Instituto Médio Comercial de Luanda	Escrita
E9	Katiana Roque Jose Candeia	Atualmente Manager de Recursos Humanos e Pro- Manager de Contabilidade	Contabilidade geral e Analítica - Revisão de contas, análise de Balancete, fecho anual de contas e elaboração do Modelo 1	Deloitte Angola	Escrita
E10	Luis Neves	Coordenador do Conselho de Normalização Contabilística; Partner da empresa da Audicontas; Membro edificador da OCPCA	-	Conselho de Normalização Contabilística e Partner da empresa Audicontas	Presencial
E11	Paulo Pontes	Partner at Deloitte (área de Contabilidade), Professor de um curso de especialização na Universidade Católica	Contabilidade	Deloitte Angola	Presencial
E12	Silvio Edison T. Custódio	Consultor do Ministério das Finanças (MINFIN)	Associate Partner da Deloitte Angola, Serviços de Outsourcing	Ministério das Finanças	Presencial

Legenda: E – Entrevistado



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas entrevistados

#### **Anexo 4: Guião das Entrevistas**

##### **Tema: O acesso à profissão de contabilista e a perceção sobre a importância da profissão em Angola**

Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, realizada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado), sendo garantida a sua confidencialidade e anonimato.

Obrigado pela sua colaboração.

#### **DADOS PESSOAIS**

1. Qual é a sua idade?

- ☐ 20 a 30 anos
- ☐ 31 a 40 anos
- ☐ 41 a 50 anos
- ☐ 51 ou mais

2. Qual é o seu género?

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

3. Exerce a profissão de contabilidade atualmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso afirmativo:

Há quanto tempo exerce a profissão de contabilidade?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 6 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☐ Entre 21 e 30 anos
- ☐ Mais de 31 anos

4. Qual a área de atuação atualmente?

- ☐ Contabilidade
- ☐ Fiscal
- ☐ Financeira
- ☐ Consultoria
- ☐ Auditoria
- ☐ Outras. Cite-a: \_\_\_\_\_

5. Qual a atividade principal que pratica no seu dia a dia?

☐ Escrituração

6. Com que tipo de empresa trabalha atualmente?

☐ Industrial

☐ Comércio

☐ Prestação de Serviços

☐ Outras. Cite-a: \_\_\_\_\_

7. Qual o nível de satisfação com sua profissão?

☐ Muito satisfeito

☐ Satisfeito

☐ Não satisfeito

☐ Pouco Satisfeito

☐ Não satisfeito

### **ACESSO À PROFISSÃO**

1. O que a(o) levou a enveredar por uma carreira na área contabilística?

2. Na sua opinião quais são os requisitos básicos para ser um bom profissional de contabilidade e que considera uma mais valia para a profissão?

3. Quais são os principais aspetos positivos (vantagens) e negativos (desvantagens) que realça no exercício da profissão?

4. Ser contabilista é estar sujeito, ao longo da carreira, a uma constante atualização. Acha que as constantes alterações legislativas fiscais podem prejudicar a consistência da profissão?

5. A ética e a deontologia em conjugação com o saber técnico são importantes no exercício das funções de um contabilista?

6. Estando perante uma profissão de interesse público e no sentido de promover os comportamentos éticos dos profissionais quem deve desempenhar esse papel de promotor e que iniciativas devem ser promovidas?

7. Em seu entender a formação superior em contabilidade está ajustada às necessidades do mercado de trabalho? Realce alguns aspetos positivos e negativos no ensino da contabilidade.

8. Considera que existe uma forte complementaridade entre a formação académica facultada pelas instituições de ensino superior e a formação contínua proporcionada pela OCPCA?

9. No que respeita ao acesso à profissão de contabilista, constatamos que o nível de exigência tem vindo a aumentar, não só a nível das habilitações literárias exigidas, mas também através da institucionalização do estágio profissional ou a realização de disciplina/área curricular definida pela OCPCA e do exame de acesso.

- Concorda com este reforço da exigência?

- Acha que esse reforço de exigência tem contribuído para a formação de melhores profissionais?

10. Como descreveria o seu percurso de acesso e desempenho da atividade de contabilista?

11. Qual a sua visão sobre o acesso à profissão de contabilista no nosso país?

12. Acha que existe desigualdades a nível de acesso à profissão entre homens e mulheres?

13. Na sua opinião, a maternidade torna-se um dos aspetos que os empregadores têm em consideração quando pretendem contratar um contabilista?

#### PERCEPÇÃO DO PAPEL DO CONTABILISTA

1. Que importância atribui ao papel dos contabilistas nas empresas?

2. Como é que a sociedade e os empresários olham para a profissão de contabilista?

3. A OCPCA tem dado grande relevância à questão da formação contínua dos seus membros. Considera que este aspeto é importante para uma maior credibilização da profissão de contabilista?

#### FUTURO DA PROFISSÃO, PRINCIPAIS DESAFIOS E OBSTÁCULOS

1. Quais as principais oportunidades e ameaças com que se depara a profissão contabilística atualmente?

2. Quais são os principais obstáculos que podem dificultar a progressão das carreiras ligadas à área contabilística?

3. Na sua opinião, como as empresas veem o contabilista? Como um parceiro estratégico ou apenas como alguém que auxilia no cumprimento das obrigações fiscais?

4. Na tabela a seguir, avalie o nível de importância dos aspetos abaixo, que considera significativo para a evolução da contabilidade:

Descrição	Pouca importância	Importante	Muito. Importante
Informática			
Globalização			
Internet			
Status da profissão			
Mercado profissional			
Contribuição para a gestão das empresas			
Procura de Informação por parte dos usuários/gestores			

5. O que poderia melhorar na profissão do contabilista?

6. Como identifica a necessidade de seus clientes?

7. Na sua opinião qual é a principal função do contabilista nas empresas?

( ) Gerar informações para tomada de decisões

( ) Escriturar os factos contabilísticos

( ) Orientar o administrador nos negócios da empresa.

( ) Prestar serviços contabilísticos e fiscais para a empresa e para o fisco.

☐ Elaborar demonstrações financeiras contabilísticas

8. Como vê a atuação dos órgãos de fiscalização e regulamentação da profissão contábil, quanto a sua necessidade de agregar conhecimento e enriquecer a sua carreira profissional? Impacto da instabilidade da legislação fiscal no desempenho da profissão?

9. De que maneira se mantém informado sobre as mudanças e novidades que ocorrem na profissão?

- ☐ Consultoria Particular
- ☐ Em contato com outros profissionais da área
- ☐ Através de cursos na área
- ☐ Através da internet
- ☐ Através de seus clientes/colaboradores

10. Qual é a sua visão sobre o futuro da profissão, após as mudanças ocorridas com a normas internacionais (IFRS) e futuramente a adoção do IVA?

11. Como se vê, diante das mudanças ocorridas na contabilidade?

- ☐ Preparado para atender as demandas e opinar nas tomadas de decisões na empresa.
- ☐ Possui certo grau de conhecimento, mas não o suficiente para opinar sobre as decisões da empresa.
- ☐ Despreparado, não tendo domínio suficiente sobre assuntos que auxiliem o gestor na tomada de decisões.

12. De que maneira vê, as mudanças ocorridas na sua profissão:

- ☐ Um meio de valorizar a profissão contábil.
- ☐ Auxilia mais os gestores, investidores, do que o profissional contábil
- ☐ Dificulta o trabalho do profissional contábil.
- ☐ Aumenta as responsabilidades do profissional contábil
- ☐ Um processo de evolução na contabilidade

13. Qual o perfil de um profissional de contabilidade que considera que o mercado valoriza mais atualmente?

- ☐ Um profissional que conheça a prática contabilística, esteja inteirado sobre as legislações vigentes, e que atenda as necessidades primárias dos clientes (lançar notas, atender o fisco, gerir impostos).
- ☐ Um profissional que seja pró-ativo, e exerça um papel de “parceiro de negócios”, atuando com os gestores nos negócios das empresas.
- ☐ Um profissional que esteja inteirado de todas as informações contabilísticas e atenda o cliente de maneira rápida e eficaz.
- ☐ Um profissional que analisa as informações contábeis e auxilia na tomada de decisões.

14. Confidencialidade dos dados do entrevistado e da empresa?

Pretende que seja mantido o anonimato:

- Quanto à sua identidade? (SIM ou NÃO)
- Quanto à identidade da empresa? (SIM ou NÃO)

#### **CONTEXTO ORDEM CONTABILISTAS**

1. Por favor, descreva brevemente a história da OCPCA:

- Quando foi formalmente estabelecido?
  - Quantos membros a OCPCA tinha após a formação?
  - Qual era a categoria dos membros de contabilidade no momento do estabelecimento da OCPCA?
2. Como o governo regulamentou a profissão antes de a OCPCA ser criada?
- Como os contabilísticos foram controlados (monitorados)?
  - Como e por quem foram emitidas as licenças?
  - Houve algum exame administrado como parte do processo de licenciamento?
  - Que padrões de contabilidade / auditoria foram usados e como foram aplicados?
3. Quem foram os principais promotores no processo de criação da OCPCA?
- Qual foi o papel do estado?
  - Qual foi a contribuição (ou influência) de corpos profissionais estrangeiros (ou membros individuais de tais órgãos) no processo de estabelecimento da OCPCA?
  - A OCPCA tem dado grande relevância à questão da formação contínua dos seus membros. Considera que este aspeto é importante para uma maior credibilização da profissão?
  - Como descreve a relação entre o setor universitário (académicos de contabilidade) e os contabilistas antes e depois da formação da OCPCA?
  - Existe uma forte complementaridade entre a formação académica facultada pelas instituições de ensino superior e a formação contínua proporcionada pela OCPCA?
  - Os professores de contabilidade influenciaram (contribuíram para) o desenvolvimento da OCPCA?
4. Havia contabilistas ativos certificados antes da fundação da OCPCA:
- Como a OCPCA lidou com eles?
  - Eles precisaram de fazer exames ou se aposentaram?
  - Alguns desses contabilistas foram transformados em membros da OCPCA?
  - Se sim, como foi o processo de transformação?
5. Por favor, diga o processo pelo qual as normas contabilísticas internacionais foram adaptadas ao contexto angolano?
- Quem realizou a adaptação?
  - Que desafios foram enfrentados e superados?
6. Como descreve a relação entre o Ministério do Comércio e os contabilistas profissionais antes e depois da formação da OCPCA?
7. A OCPCA tem dado grande relevância à questão da formação contínua dos seus membros. Considera que este aspeto é importante para uma maior credibilização da profissão?
8. Acha que as constantes alterações legislativas fiscais podem prejudicar a consistência da profissão?
9. Na sua opinião, qual a importância que as empresas atribuem ao Contabilista Certificado?
- Veem o CC como um parceiro estratégico ou apenas como alguém que auxilia no cumprimento das obrigações fiscais?
10. Na sua opinião quais são os requisitos básicos para ser um bom profissional?
11. Ouve alguma alteração no acesso a Ordem?